

MARIA LUCILIA RUY

**FORMAÇÃO DE PALAVRAS –
LIVRO VIII DA GRAMÁTICA DE VARRÃO**

São Paulo

2006

MARIA LUCILIA RUY

**FORMAÇÃO DE PALAVRAS –
LIVRO VIII DA GRAMÁTICA DE VARRÃO**

Dissertação de Mestrado, apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Letras Clássicas da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. José R. Seabra F.

São Paulo

2006

Aos meus pais
pela dedicação de uma vida inteira

Para Marcos, Larissa e Valter
pela presença constante

Agradecimentos em especial para o meu orientador, prof. José Seabra, pela dedicação e paciência.

E para o prof. Bruno Bassetto, pelo estímulo e a atenção.

E ainda aos professores:

Marcos Martinho dos Santos,

Sidney Calheiros de Lima,

Elaine Cristine Sartorelli e

José Eduardo dos Santos Lohner.

RESUMO EM PORTUGUÊS

Tradução crítica do livro VIII do *De Lingua Latina* do gramático Varrão com o propósito de assim estudar parte dessa obra ainda pouco divulgada em português. Nesse livro Varrão trata sobre a maneira de se expressar na escrita, e na fala – mesmo que de uma minoria ilustrada –, mas também lança seu olhar para a disposição das palavras no enunciado conforme as funções que elas aí ocupam. Isso se evidencia por ele demonstrar preocupação com as regras que deveriam ser seguidas em relação a essa disposição das palavras ao apresentar a discussão de sua época entre analogistas e anomalistas no que se refere à analogia existir ou não no âmbito da linguagem, mais precisamente no âmbito dos processos de formação de palavras em latim.

ABSTRACT

Critical translation of book VIII of the *De Lingua Latina (On The Latin Language)* of the grammarian Varro with the intention to study part of this book still little divulged in Portuguese. In this book Varro deals with on the way if expressing in the writing, and in it speaks – exactly that of an illustrated minority –, but also launches his look for the disposal of the words in agreement statement the functions that they occupy there. This if evidences for him to demonstrate concern with the rules that would have to be followed in relation to this disposal of the words when presenting the quarrel of its time between analogists and anomalists as for the analogy to exist or not in the scope of the language, more necessarily in the scope of the processes of formation of words in Latin.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	08
VIDA, OBRA, CONTEXTO HISTÓRICO-FILOSÓFICO	12
Obras	15
<i>O De Língua Latina</i>	18
A importância do livro VIII	21
 <i>DE LINGUA LATINA – TRADUÇÃO DO LIVRO VIII</i>	22
 COMENTÁRIOS	72
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
 APÊNDICE	93
Esquema do Livro VIII	94
 BIBLIOGRAFIA	105

INTRODUÇÃO

Pela presente dissertação apresenta-se uma tradução crítica do livro VIII do *De Lingua Latina* do gramático Varrão. Tem-se o propósito, assim, de estudar parte dessa obra ainda pouco divulgada em português.

Pelo meu entendimento no livro VIII em questão Varrão trata sobre a maneira de se expressar na escrita, e na fala – mesmo que de uma minoria ilustrada –, mas também lança seu olhar para a disposição das palavras no enunciado conforme as funções que elas aí ocupam. Isso se evidencia por ele demonstrar preocupação com as regras que deveriam ser seguidas em relação a essa disposição das palavras ao apresentar a discussão de então entre analogistas e anomalistas no que se refere à analogia existir ou não no âmbito da linguagem, mais precisamente no âmbito dos processos de formação, declinação e flexão de palavras em latim.

Segundo Louis Holtz (1981, *Introdução*), essa atenção voltada para a construção do enunciado, para a distinção de suas partes com vistas a sistematizar uma gramática para que não houvesse maiores discrepâncias na escrita, ou na fala, entre os escritores de então só apareceria a partir do século IV a.C.

Quando Varrão escreve o seu *De Lingua Latina* a gramática servia como auxiliar das ciências que se ocupavam em estudar a linguagem: a filosofia, a crítica e a retórica.

A filosofia precisou da gramática porque pesquisava a história da linguagem, a origem das palavras. Dessa pesquisa surgiu uma polêmica que levou os filósofos a questionar se a origem das palavras seria natural (*fusij*) ou convencional (*qesij*). Polêmica muito importante para que a gramática pudesse – bem mais tarde – tornar-se uma ciência independente e esses estudos pudessem desenvolver-se no âmbito mais adequado a eles: o da gramática. Desse

questionamento surgiram problemas de ordem morfológica e fonética, que, ao serem enfrentados pelos filósofos, os levaram a se interessar pelo estudo do enunciado, orientados por uma espécie de lógica formal da linguagem. Daí que Platão e Aristóteles teriam começado a perceber as categorias gramaticais (nomes e verbos), isto é, a estrutura das formas faladas e escritas (Collart, 1954).

A crítica – a ciência mediante a qual eram editados os livros – teve a gramática como auxiliar devido a problemas de pontuação, vocabulário e ortografia com que se viu às voltas com a publicação de textos dos poetas de então, particularmente da obra de Homero. Como havia uma infinita variedade de edições os críticos (ou filólogos) precisavam fazer uma triagem bastante severa desses escritores. Para essas publicações eles se viram obrigados a separar os enunciados – então apresentados em forma de blocos – para conseguir um melhor estabelecimento do texto. Um texto legível e agradável, eu diria. E essa separação em frases levou esses críticos a criar um sistema de sinais gráficos para representar as pausas. Graças a esses problemas de ordem gramatical nasceu a pontuação. E os críticos também foram obrigados a estudar o vocabulário porque nos textos a serem publicados havia palavras raras, técnicas, próprias de um escritor, de uma região ou de uma época, obrigando-os a delas fazer uma compilação para uma rigorosa transcrição. Essa compilação – chamada de *leceij* ou *glwssai* – chamou a atenção para a existência de diferentes léxicos e dialetos, mas ainda sob perspectiva filosófica. A preocupação com a ortografia também surgiu dessa rigorosa transcrição, trazendo à luz questões em relação a uma palavra estar ou não escrita de maneira correta porque um erro ortográfico pode trazer sérios problemas de entendimento de um texto. Os filólogos de então não gostariam de correr esse risco. Essas questões também esbarram na controvérsia entre analogistas e anomalistas bastante forte na época de Varrão. A gramática então de um modo geral beneficiou a crítica textual, eu diria. Mas também a crítica ajudou a gramática a se tornar independente à

medida que os eruditos que trabalhavam com edição de textos começaram a se interessar pela história das palavras.

Mas a fundação da biblioteca da Alexandria, no início do século III a.C., também fez evoluir esse estado primitivo da gramática por reunir um número considerável de manuscritos, o que trouxe a necessidade de classificá-los, estabelecer os textos de modo a torná-los acessíveis ao público (Baratin, 1989).

Já a retórica por ser a arte do bem dizer, do falar correta e persuasivamente, tinha a gramática como auxiliar porque precisava escolher entre as palavras as que lhe pudessem oferecer os melhores efeitos – dentro das necessidades e do objetivo a que se propunha – não para apenas conseguir uma fala floreada, como se diz, mas para convencimento em relação ao que quisesse defender, ou atacar, através de um texto. Da preocupação com tais efeitos de estilo surgiu o que hoje conhecemos como estilística, por meio da qual há grande variedade de recursos dos quais os escritores podem lançar mão para conseguir com que os leitores sofram os efeitos produzidos com seus textos. Essa necessidade de recursos gramaticais levou alguns retóricos de então a produzir livros a respeito, chamados tratados sobre estilo, ainda hoje muito úteis a estudiosos e pesquisadores não apenas de gramática e de filologia, mas também da área do direito.

Por isso posso afirmar, com Jean Collart, que a filosofia, a crítica e a retórica favoreceram o desenvolvimento da gramática – uma das últimas conquistas gregas – para que chegasse a se tornar uma ciência independente. Mesmo que isso tenha demorado um pouco ainda a acontecer, na época em que Varrão, em Roma, escreve o seu *De Lingua Latina* já se começavam a perceber os diferentes domínios de atuação da gramática enquanto tal. Dessa forma eu poderia dizer então que Varrão foi um dos primeiros a – se não percebê-los – chamar a atenção para os problemas intrinsecamente gramaticais como hoje são entendidos. Isso pelo fato de no livro VIII de seu *DLL* aparecerem as questões mencionadas na resumida história da gramática apresentada acima. Todas elas

serão mais bem analisadas nesta dissertação na parte denominada “comentários”, mais adiante.

A minha pesquisa e o desenvolvimento desta dissertação têm como base a leitura de estudos sobre Varrão, feita após um levantamento bibliográfico sobre esse gramático e sua obra. Depois disso comecei a traduzir esse livro VIII, escolhido exatamente por tratar das questões acima aludidas. A essa tradução acrescentei apontamentos, notas e observações que se fizeram necessários para os futuros leitores melhor compreenderem o texto em português. Para tanto, utilizei a edição crítica inglesa do *DLL* completo, de Roland G. Kent, da Loeb Edition e, para simples conferência, a edição comentada espanhola, de Manuel A. Marcos Casquero, da Anthropos. Mas também tomei como parâmetro a tese de doutoramento de Heitor Coradini (*Metalinguagem na obra De Lingua Latina de Marcos Terêncio Varrão*), de 1999.

Ao longo do processo de tradução continuei minhas pesquisas, sempre visando a melhor fundamentar minha dissertação. Mas desta vez fiz um levantamento bibliográfico com relação ao tema tratado por Varrão no livro VIII dentre alguns escritores latinos e gregos a ele contemporâneos ou não para conseguir uma visão mais ampla sobre esse tema e comparar a opinião desses escritores com a de Varrão. Para desenvolver minha dissertação dentre eles escolhi trabalhar com Prisciano (*Institutii Grammaticae*) e Dionísio Trácio (Τεχνή Γραμματικῆς, *Ars Grammatica*).

VIDA, OBRA, CONTEXTO HISTÓRICO-FILOSÓFICO

A infância de Marcos Terêncio Varrão (116-27 a.C.), natural de Rieti, antiga cidade Sabina, é de austera simplicidade, mas sua família é uma das mais ricas do seu tempo, com propriedades em Rieti e fazendas em Túsculo e Cassino. Conhecido como Reatinus, Varrão é o mais fecundo erudito da antiguidade: produziu nada menos do que 620 livros. De sua cidade natal vai a Roma para receber formação com os melhores mestres de sua época. Na escola de Lúcio Ácio – seu primeiro mestre a quem dedica sua primeira obra, a *De antiquitate litterarum* –, aprende os primeiros rudimentos de gramática e passa à de Lúcio Élio Estilão pelo qual é encaminhado à ciência etimológica e à atividade oratória, iniciando sua carreira política e forense. Ainda em Roma começa a estudar filosofia com Filão de Larissa e Antíoco de Ascalon, conhecidos Acadêmicos, aperfeiçoando esses estudos em Atenas entre 84 e 82 a.C.

A vida política de Varrão é bastante agitada. Em 97 torna-se *triumvirs capitalis* – agente público encarregado de fiscalizar as prisões e a execução dos julgamentos criminais – e questor. Em 78, embaixador para suceder Gaio Coscônio. De 76 a 72 Pompeu concede-lhe os cargos de embaixador e pró-questor na Espanha. Em 70 é tribuno da plebe e pretor em 68. Em 67 assume o comando do setor naval de Sicília e de Delos em substituição a Pompeu. Em 59 torna-se um dos 20 membros da comissão que aplicaria a lei agrária Júlia (*viginti viri ad agros dividendos*) em Cápua. Em seguida lugar-tenente de Pompeu na Espanha Ulterior. Sua presença é marcante na cena política romana como fragoroso partidário de Pompeu. Após a batalha de Farsália é perseguido por Antonio, mas consegue salvar seus bens do confisco graças à intervenção de César. Este em 47 o encarrega de organizar a primeira biblioteca pública de

Roma. Assassinado César, Varrão perde esse apoio e é proscrito por Antonio em 43, mas encontra ajuda em Fúfio Caleno. Em 27 a.C. morre com quase 90 anos de idade, pondo fim a sua infatigável atividade de escritor.

Para a pesquisa de tudo o que diz respeito ao mundo em que Varrão viveu – e mais do que isso em tudo o que se refere à doutrina varroniana e às influências das chamadas escolas filosóficas da antiguidade que o ajudaram a estabelecer tal doutrina – é preciso basear-se muito mais em seus livros que conseguiram sobreviver do que propriamente nos fragmentos das obras de seus predecessores. Ou seja, o fato de não haver muita segurança – por tais obras não terem sobrevivido – em torno dos estudos das fontes de Varrão, segundo Jean Collart (1954), poderia tornar a pesquisa sobre esse gramático decepcionante. A meu ver, no entanto, esses trechos têm importância à medida que por meio deles muito já foi descoberto em relação à história da gramática.

Segundo o mesmo Collart (1978), Varrão é século após século o gramático mais citado por seus sucessores, como Quintiliano, Aulo Gélcio, Carísio, Prisciano, Isidoro e Donato. Conhecer essas teorias, ou tendências filosóficas das quais Varrão sofreu influência, não apenas torna um pouco mais facilitada a compreensão da opinião desse escritor em relação à polêmica entre analogistas e anomalistas – o objeto de análise desta dissertação – como também proporciona uma visão, bem sucinta na verdade, do avanço dos estudos sobre linguagem e ainda das diversas posições em relação a esses estudos por parte de alguns filósofos e gramáticos de então.

No livro VIII do *De Lingua Latina* pode-se sentir esse pulsar de pontos de vista contrários. Por tal razão compreendê-lo – e mesmo o *DLL* inteiro – sem esse conhecimento prévio do contexto histórico-filosófico em que Varrão estava inserido pode dar a impressão de certa confusão de idéias. É bastante pertinente então tratar um pouco sobre essas várias tendências filosóficas que de certa forma “fizeram a cabeça” de Varrão. Para tanto, é preciso conhecer as correntes que circulavam pelo mundo greco-romano porque, segundo Louis Holtz (1981, *Introdução*), tanto a gramática latina quanto a gramática grega nos

seus inícios são definitivamente tributárias de uma mesma instituição: a escola helenística. Holtz acrescenta ainda que, até o fim do século em que viveu Donato, as duas partes do império – grega e romana – têm em comum não apenas uma história política e institucional como também uma mesma história intelectual.

Varrão produziu extensa obra – 620 livros. A partir daí se poderia afirmar que ele conhecesse profundamente as obras filosóficas de então, sobretudo pelas citações que delas faz ao longo do *De Lingua Latina*. Ele cita Aristóteles, Platão, Pitágoras, Epicuro, Zenão de Cício, Crates, Aristarco e outros. Mas além dessas citações percebem-se os princípios doutrinários de várias tendências filosóficas pelo próprio texto de Varrão, ou antes, tais princípios estão presentes no desenvolvimento do raciocínio de Varrão em relação aos assuntos tratados no livro VIII do *DLL*.

Desde a escola helenística, no início do século III, criada como instituição de ensino permanente para formar intelectualmente com o objetivo de dar condições aos alunos de avançarem para os estudos superiores (Holtz, 1981), até a época de Varrão surgiram outras – a dos pitagóricos, peripatéticos, acadêmicos, estóicos, sofistas, epicuristas, eruditos alexandrinos – e cada uma delas seguia uma linha filosófica diferente. Para além dessas diferenças a linguagem é o ponto de partida para o desenvolvimento de tais estudos superiores. As pesquisas desses filósofos em torno da palavra levaram a duas preocupações: a explicação dos poetas para, entre outras coisas, interpretar as palavras mediante comparação de versos e a boa retórica para garantir um cuidado especial aos discursos dos retores da época. Devido a essas pesquisas – conforme já mencionei antes – a preocupação com a linguagem foi tomando corpo (Neves, 1987, p. 32 e ss.).

Todas essas questões – e também outras – são levadas em consideração com maior rigor em minha análise sobre o livro VIII do *De Lingua Latina* do gramático Varrão.

Obras

Varrão desenvolveu atividades – além de sua atuação política – em variados campos culturais: poesia, filosofia, oratória, crítica literária, gramática, agronomia e antiguidades. Dessas atividades ele produziu extensa obra, da qual Jerônimo organizou um catálogo, considerado incompleto porque cita apenas 39 títulos, num total de 320 livros. F. Ritschl, em uma pesquisa mais profunda e abrangente, relaciona 74 títulos e 620 livros.

No entanto, dessa extensa obra apenas conseguiram sobreviver os três livros do *De Re Rustica*, seis livros dos 25 do *De Lingua Latina* e um grande número de fragmentos de vários títulos daqueles 620 livros. Grande parte deles (608) se refere à gramática.

Toda a produção de Varrão pode ser dividida, segundo Heitor Coradini (1999, p. 95-103), em quatro grandes partes ou conjuntos temáticos:

1- De erudição sobre a antiguidade: história, antiquário e teologia: *Antiquitates* (41 livros, de 56 a.C.), *De uita populi Romani* (4 livros, entre 56 e 44 a.C.), *De familiis Troianis* (de 68 a.C.), *Rerum urbanorum libri III* (3 livros), *Liber Tribuum* (entre 47 e 45 a.C.), *Annalium libri III* (3 livros), *De gente populi romani libri IV* (4 livros, após 43 a.C.), *Legationum libri III* (3 livros), *Aetia* (de 60 a.C.), *De Pompeio libri III* (3 livros), *De sua uita libri III* (3 livros).

2- Sobre gramática, filologia, crítica literária e dramatologia: *De descriptionibus libri III* (3 livros), *De personis libri III* (3 livros), *De actis scaenicis libri III* (3 livros), *Scaurus uel De scaenicis originibus libri III* (3 livros), *De actionibus scaenicis libri V* (5 livros), *Quaestionum Plautinarum libri V* (5 livros), *De comoediis Plautinis*, *Epistulae Latinae* (8 livros, antes de 44 a.C.), *Quaestiones epistolatum* (7 livros), *De bibliothecis libri III* (3 livros, antes de 47 a.C.), *De lectionibus libri III* (3 livros), *De compositione saturarum*,

De proprietate scriptorum libri III (3 livros), *De poematis libri III* (3 livros, após 45 a.C.), *De poetis, Imaginum libri XV* (15 livros, de 45 a 39 a.C.), *Epitome ex imaginum libris* (4 livros), *De lingua Latina* (25 livros, entre 47 e 45 a.C.), *Epitome De lingua Latina* (9 livros, após 44 a.C.), *De similitudine uerborum libri III* (3 livros, entre 56 e 47 a.C.), *Peri(xarakthrw*n “Sobre os caracteres”, *De utilitate sermonis libri IV* (4 livros), *De antiquitate literarum ad Accium* (2 livros), *De origine linguae Latinae libri III* (3 livros, entre 56 e 47 a.C.), *De sermone Latino ad Marcellum libri V* (5 livros, entre 46 e 44 a.C.), *De Grammatica ou Disciplinarum liber I* (1 livro, entre 35 e 32 a.C.).

3- De interesse didático: técnico, doutrinário, jurídico, burocrático – *Disciplinarum libri IX* (9 livros, entre 33 e 31 a.C.), *De Ephemeris naualis ad Pompeium* (de 77 a.C.), *De ora maritima, De litoralibus, De aestuariis, De mensuris* (de 59 a.C.), *De ualetudine tuenda liber* (1 livro), *De iure ciuili libri XV* (15 livros), *De gradibus* (1 livro), *Liber de philosophia* (1 livro), *De forma philosophiae libri III* (3 livros), *De principiis numerorum libri III* (3 livros, entre 45 e 36 a.C.), *Isagogicum ad Pompeium* (71 a.C.), *Rerum rusticarum libri III – De re rustica* (3 livros, de 37 a.C.).

4- De finalidade filosófico-artística: *Logistorikw=n “Logistorici” libri LXXVI* (76 livros), *Orationes, Suasionum libri tres* (3 livros), *Laudatio Porciae, Poematum libri X* (10 livros), *Saturae* (4 livros), *Pseudotragediarum libri VI* (6 livros), *Saturarum Menippearum libri CL* (150 livros, entre 80 e 55 a.C.).

Essa reconstituição da extensa obra de Varrão foi feita mediante trabalhosa pesquisa e compilação por parte de filólogos e comentaristas com base em fragmentos mantidos graças à citação de historiadores e gramáticos antigos.

Percebe-se por essa compilação o grande interesse de Varrão por gramática à medida que além do *De Lingua Latina* há outros nove títulos, num total de 60 livros: *Quaestionum Plautinarum libri V* (5 livros, após 45 a.C.), *Epitome De Lingua Latina* (9 livros, após 44 a.C.), *De similitudine uerborum libri III* (3 livros, entre 56 e 47 a.C.), *Peri(xarakthrw*n “Sobre os caracteres”, *De*

utilitate sermonis libri IV (4 livros, entre 56 e 47 a.C.), *De antiquitate literarum ad Accium* (2 livros), *De origine linguae Latinae libri III* (3 livros, entre 56 e 47 a.C.), *De sermone Latino ad Marcellum libri V* (5 livros, entre 46 e 44 a.C.), *De Grammatica* ou *Disciplinarum liber I* (1 livro, entre 35 e 32 a.C.).

Da obra gramatical de Varrão existem 608 fragmentos, embora em relação a alguns deles não haja certeza sobre a localização. Deles há importantes edições com base nas quais muitos estudos puderam ser desenvolvidos, como os de:

- Keil, Heinrich. *Grammatici Latini* (GLK), Teubner, entre 1857 e 1880.
- Wilmans, A., de 1864.
- Goetz-Schoell, Leipzig, Teubner, de 1910.
- Funaioli, G. *Grammaticae Romanae Fragmenta* (GRF), de 1907.

Segundo Jean Collart (1954, p. 32), com base nesses estudos acima referidos, esses fragmentos podem ser distribuídos segundo o tema gramatical a que se referem: grafia e fonética (34), morfologia: analogia, anomalia, palavras duvidosas (72), etimologia (309), semântica (110), sintaxe e estilística (10), história da língua e reflexões gramaticais (11), métrica (17) e crítica literária (45). E essas referências podem servir para a interpretação do *De Lingua Latina*. Mas também delas pode-se perceber o interesse de Varrão por gramática em seu conjunto e, ainda, concluir sobre o grande prestígio de que ele gozava que, ainda segundo Collart (1978, p. 4), se manteve intacto por 700 anos.

De fato Varrão era muito respeitado entre os gramáticos da antiguidade. Para Quintiliano (*Instituti Oratoriae* X, I, 95), *alterum illud etiam prius saturae genus, sed non sola carminum uarietate mixtum condidit Terentius Varro, uir Romanorum eruditissimus* (Terêncio Varrão, homem eruditíssimo dos romanos, estabeleceu também aquele outro tipo de sátira, mas não poesia misturada com uma única variante) e para Aulo Gélcio (*Noctes Acticae* XIX, 14, 1), *aetas M. Ciceronis et C. Caesaris praestanti facundia uiros paucos habuit, doctrinarum autem multiformium uariarumque artium, quibus humanitas erudita est,*

columina habuit M. Varronem et P. Nigidium (a época de M. Cícero e de C. César teve poucos homens com notável eloquência; ela teve M. Varrão e P. Nigídio como pilares das diversas doutrinas e das diferentes ciências com as quais dá-se a cultura erudita).

Esse grande prestígio – reiterado por esses grandes mestres – comprova a importância, e também a influência, do *De Lingua Latina*, ainda que mutilado, para os estudos filológico-gramaticais tanto de tempos atrás quanto de hoje.

O De Lingua Latina

Dos livros V ao X do *DLL* a única fonte é o manuscrito F (Laurentianus LI, 10) do século XI, da Biblioteca Laurentiana de Florença que, segundo Roland Kent, talvez por descuido dos copistas já estava seriamente mutilado quando descoberto. (Curiosamente, Varrão no capítulo 28, parágrafo 51, de seu livro VIII, faz uma observação própria de filólogos sobre os copistas: ... *de hoc genere parcius tetigi, quod librarios haec sp(i)nosiora indiligentius elaturos putavi* “sobre essa categoria me referi mais parcamente porque calculei que a essas coisas mais dificultosas os copistas haveriam de expor mais desmazeladamente”.)

Ainda segundo Kent, L. Spengel em seu trabalho de recomposição desse manuscrito fixou um número de 6 lacunas: 1- após o capítulo XXIII, parágrafo 162 do livro V; 2- no início do livro VII; 3- após o capítulo II, parágrafo 23 do livro VII; 4- do final do livro VIII até o início do livro IX; 5- após o capítulo II, parágrafo 23 do livro X; e 6- após o capítulo II, parágrafo 34 do livro X.

A partir desse manuscrito foram estabelecidas várias edições do *DLL*. Segundo Roland Kent (1977, p. XVII-XXIII), a do século XV é a mais antiga delas, a *Editio Princeps*, publicada em Roma em 1471, preparada por

Pompônio Leto. Em seguida surgiram a *Editio Vetustissima* (1473), a *Editio Veneta* (1483), a *Editio Rholandeli* (1475, Veneza). No século XVI, a *Editio Baptistae* (1510, Milão), *Editio Aldina* (1513, 1517 e 1527, Veneza), *Editio Parisiensis* (1529), *Editio Gryphiana* (1535, Lion), *Editio Vulgata* (1554, Roma), *Editio Vertranii* (1563, Lion), *Editio Turnebi* (1566, Paris), *Editio de Enrico Stefano* (1569, Paris). No século XVII há apenas duas edições: *Popma* (1601, Leiden) e *Editio Gaspari* (1602 e 1605, Ingolstadt). No século XVIII somente a *Editio Bipontina* (1788, Baviera).

Ainda conforme Roland Kent, as primeiras edições autenticamente filológicas são do século XIX. A de Leonhard Spengel (1826, Munique; 1885 – esta preparada por Andréas Spengel e extremamente elogiada por Kent devido ao aparato crítico) e a de K. O. Muller (1833, Leipzig; 1837, Paris, por A. Egger). Finalmente, do século XX são conhecidas as edições de Goetz-Schoel (1910, Leipzig, Teubner – edição crítica monolíngue), de Roland G. Kent (1951, Londres – edição crítica bilíngüe – inglês/latim) e de A. Traglia (1974, Turim – edição com aparato crítico).

Além dessas edições críticas do *DLL* completo há ainda algumas parciais com aparato crítico, notas e tradução: de Jean Collart (1954, Paris, livro V), de E. Riganti (1978, Bolonha, livro VI), H. Dahlmann (1940 e 1966, Berlim, livro VIII), H. J. Mette (1952, Halle, do livro VIII ao X), A. Traglia (1956, Bari e 1967 em Roma), Pierre Flobert (1985, Paris, livro VI) e de Manuel-Antonio Marcos Casquero (1990, Barcelona, do livro V ao X – edição sem aparato crítico).

Segundo dados retirados principalmente das obras de Jean Collart (1954 e 1978) e de Francisco Della Corte (1978), o *De Lingua Latina* foi previsto dentro de um esquema rigoroso e bem articulado. O primeiro livro se dedica à introdução, seguida de quatro blocos de seis livros (hexas), subdivididos em duas partes (tríades) cada um deles.

Os seis primeiros livros (do II ao VII) tratam sobre etimologia. Destes, como já disse antes, sobreviveram três (do V ao VII). Na primeira tríade –

dedicada a P. Septúmio, infelizmente perdida – dessa primeira hécada Varrão expôs sobre o caráter teórico da etimologia. Na segunda tríade – dedicada a Cícero – ele apresenta no livro V um vasto repertório (de caráter prático) etimológico de termos relativos a espaço, no livro VI de termos relacionados a tempo e no livro VII os usados pelos poetas referentes a tempo e espaço.

Para a segunda hécada estava prevista a parte dedicada à morfologia. A primeira tríade – também sobrevivente – trata sobre a teoria da *deriuatio* (flexão, derivação e declinação) das palavras em latim. O livro VIII traz argumentos contra a analogia, o livro IX argumentos contra a anomalia e o livro X expõe em relação ao que Varrão acreditava ser a verdadeira analogia. Na segunda tríade estava apresentada a prática, isto é, havia exemplos práticos em relação à morfologia.

Do livro XI ao XXV, com base nos estudos filológicos e edições críticas, há a hipótese de que na segunda tríade da segunda hécada o livro XI trouxesse exemplos práticos da *deriuatio* na língua falada, o livro XII da *deriuatio* na língua escrita em prosa e o livro XIII da *deriuatio* na língua escrita em poesia.

Para as duas hécadas seguintes (do livro XIV ao XXV) havia a previsão, ainda segundo esses importantes estudos filológicos e edições críticas, de Varrão se dedicar à exposição sobre sintaxe, com base no plano geral do *DLL* por ele exposto no capítulo I, parágrafo 1 do livro V: *quemadmodum uocabula essent imposita rebus in lingua Latina, sex libris exponere institui* (decidi expor em seis livros de que maneira os vocábulos teriam sido aplicados às coisas em língua latina) e em VII-110 do livro VII: *quocirca quoniam omnis operis de Lingua Latina tris feci partis, primo quemadmodum uocabula imposita essent rebus, secundo quemadmodum ea in casus declinarentur, tertio quemadmodum coniungerentur, prima parte perpetrata, ut secundam ordiri possim, huic libro faciam finem* (por conseguinte, como toda a obra *De Lingua Latina* foi estruturada em três partes – a primeira a de que maneira os vocábulos foram aplicados às coisas, a segunda como se declinam esses vocábulos em seus diferentes casos e a terceira a de que maneira esses vocábulos se juntam /no

enunciado/ –, terminada a primeira, iniciarei este livro para que eu possa começar a segunda).

Entretanto apesar de grande parte do *DLL* ter sido perdida, esses livros sobreviventes conservaram importante documentação filológico-gramatical no que diz respeito à etimologia com base nos estudos de Varrão sobre textos em prosa e em poesia.

No *DLL* Varrão toca em questões gramaticais, lingüísticas e filológicas à época próprias da filosofia. Nesse aspecto ele contribuiu enormemente para que a gramática – como referi na introdução desta dissertação – se tornasse uma ciência independente tal como é hoje.

A importância do livro VIII

A importância do livro VIII do *DLL* nesse contexto explica-se exatamente pelo fato de tratar diretamente da polêmica entre analogistas e anomalistas. Voltar as atenções ao exame dessa polêmica levou Varrão a tocar em problemas especificamente gramaticais mesmo que deles ele não tivesse plena consciência. Portanto, o papel do livro VIII (além do IX e do X que fazem parte de uma tríade) foi de extrema importância para o avanço dos estudos gramático-filológicos e lingüísticos. Isso fica mais evidente e mais bem explicitado em meus comentários sobre esse livro logo após a parte em que está a sua tradução e o texto em latim, com notas, apontamentos e observações.

DE LINGUA LATINA
TRADUÇÃO DO LIVRO VIII

De Lingua Latina
Marci Terenti Varronis

Liber VII explicit, incipit Liber VIII

Quae dicantur cur non sit analogia liber I.

I- 1 Quom oratio natura tripartita esset, ut superioribus libris ostendi, cuius prima pars, quemadmodum uocabula rebus essent imposita, secunda, quo pacto de his declinata in discrimina ierint, tertia, ut ea inter se ratione coniuncta sententiam efferant, prima parte exposita de secunda incipiam hinc. Ut propago omnis natura secunda, quod prius illud rectum, unde ea, sic declinata: itaque declinatur in uerbis: rectum homo, obliquum hominis, quod declinatum a recto.

Da Língua Latina
de Marcos Terêncio Varrão

Está apresentado o livro VII; começa o livro VIII.

O que se diz por que não exista analogia – livro I

I- 1 Como a linguagem por natureza¹ se divide em três partes, como demonstrei nos livros anteriores² – a primeira delas se refere a como os vocábulos foram aplicados às coisas, a segunda a de que maneira seus derivados tenham passado por significados diferentes, a terceira a como, combinados entre si num complexo de regras, eles exponham um pensamento – tendo exposto a primeira parte, daqui começarei a falar sobre a segunda. Do mesmo modo que toda forma derivada é, por natureza, secundária – porque antes vem aquela forma reta donde ela se originou –, assim se declina nas palavras: a forma reta³ *homo* (homem) e a oblíqua⁴ *hominis* (do homem), porque se derivou a partir da reta.

¹ O termo *natura* ao longo deste livro VIII tem um significado filosófico porque mesmo na época em que ele foi escrito – apesar de já se dedicar unicamente a questões gramaticais – os problemas relacionados à linguagem ainda eram tratados no âmbito da filosofia (como se verá no desenvolvimento desta dissertação). Por isso, este livro de Varrão está impregnado de conceitos e idéias filosóficas da antiguidade.

Para Pitágoras – a opinião do qual deve ser examinada com reservas porque é problemática a configuração do pensamento pitagórico original que é apenas encontrado em escólios tardios comprometidos com distinções posteriores – a linguagem é obra da natureza, conforme o *Crátilo* [obra de Platão]. Os nomes são puras imagens das coisas e o ato de dar nomes às coisas não é obra do acaso, mas de alguém que entende a natureza das coisas: daí resulta que as palavras existem fusei (por natureza). Segundo outras fontes, também indiretas e tardias, no pensamento de Pitágoras há a idéia de um ser primeiro que deu nome a todas as coisas e então a linguagem seria qesei (por convenção) não fusei (Neves, 1987, p. 32).

Já para os estóicos nem toda linguagem é obra da natureza, mas apenas a correta – o que pressupõe a busca da *orthotês* (correção, virtude) e para tanto a linguagem possui qualidades que deveriam ser buscadas: clareza, concisão, conveniência, propriedade e helenismo – ou *latinitas*, para os romanos – isto é, o uso da expressão autenticamente grega (latina, no caso de Varrão) não comprometida por elementos estranhos (Ibid, ibidem, p. 97).

² O *De Lingua Latina* possuía originalmente 25 livros, dos quais apenas seis (do V ao X) chegaram até nós. Mesmo assim com algumas partes faltando. Segundo M. A. M Casquero (1990), *apud* Heitor Coradini, conjectura-se que o *DLL* tenha sido dividido em dois blocos desiguais e uma Introdução (livro I). No primeiro deles, os três livros iniciais (do II ao IV) foram escritos como monografia sobre etimologia – infelizmente perdidos. O segundo (do V ao XXV), dedicado à morfologia e à sintaxe. Contudo, nos livros V, VI e VII Varrão também se dedica à etimologia, mais exatamente à sua prática.

Neste trecho de minha tradução Varrão avisa ter concluído exatamente essa parte sobre etimologia. Daí em diante ele pode dar início ao segundo bloco e seguir seu plano geral do *DLL*.

³ No geral o adjetivo *rectus* pode significar direto, direito; reto; simples; limite. Neste parágrafo *rectus* se refere a caso reto, conceito gramatical, para designar o *nominativo*. Isto porque morfológicamente só pode estar no *nominativo* um nome – que, em latim, compreende substantivo, pronome e artigo. A partir desse nome podem-se gerar outras palavras, não necessariamente um nome.

2 *De huiusce(modi)⁵ multiplici natura discriminum (ca)usae sunt hae, cur et quo et quemadmodum in loquendo declinata sunt uerba. De quibus duo prima duabus causis percurram breuiter, quod et tum, cum de copia uerborum scribam, erit retractandum et quod de tribus tertium quod est habet suas permultas ac magnas partes.*

2 A respeito de tal natureza multiforme os motivos das diferenças são estes: por que, para que e de que maneira as palavras são flexionadas na fala⁶. Dentre eles, examinarei brevemente os dois primeiros por duas razões: porque /esse assunto/⁷ deverá ser reproduzido quando eu escrever sobre a abundância lexical e porque dentre os três o terceiro /ponto/ contém numerosas e importantes divisões próprias.

II- 3 Declinatio inducta in sermones non solum Latinos, sed omnium hominum utili et necessaria de causa: nisi enim ita esset factum, neque di(s)cere tantum numerum uerborum possemus (infinitae enim sunt naturae in quas ea declinantur) neque quae didicissemus, ex his, quae inter se rerum cognatio esset, appareret. At nunc ideo uidemus, quod simile est, quod

⁴ *Obliquus* (em grego, *lexrioj*) pode significar oblíquo, indireto, derivado; parentesco; ligação colateral, não direta; casos oblíquos. É assim denominado em relação ao caso reto exatamente por esse significado. Principalmente como derivado e ligação colateral, ou ligação familiar, em conformidade com o ponto de vista de Varrão que procura explicar essa relação traçando um paralelo com o significado de árvore genealógica que, segundo ele, não apenas as pessoas a possuem, mas também as palavras.

⁵ Esses parênteses serão encontrados ao longo de todo o texto do livro VIII no original em latim. Eles foram colocados, segundo Roland G. Kent, no estabelecimento de sua edição crítica com base no *Codex Vindobonensis*, do século XV, de Viena, examinado por L. Spengel em 1835. Os termos, frases ou mesmo letras que aparecem entre parênteses foram neles colocados devido à existência de mais de um manuscrito do *De Lingua Latina*. Poderiam ser anotações – ou mesmo acréscimo – de copistas, tornando discrepantes os textos desses manuscritos que chegaram até nós. Por isso, para não correr o risco de divulgar o *De Lingua Latina* mais truncado ainda (v. nota 2) Spengel optou pela manutenção desses termos, frases e até letras.

⁶ Neste parágrafo Varrão se refere à fala com a expressão *in loquendo*, pois sua análise da *declinatio* engloba não apenas textos escritos, mas também o modo de falar de sua época, embora se refira à fala de uma minoria erudita. De qualquer forma é bem diferente da escrita, pois aquela (a fala) é muito mais suscetível a influências e, portanto, se modifica mais rápida e intensamente.

propagatum: legi (c)um (de lego) declinatum est, duo simul apparent, quodam modo eadem dici et non eodem tempore factum; at si uerbi gratia alterum horum diceretur Priamus, alterum Hecuba, nullam unitatem adsignificaret, quae apparet in lego et legi et in Priamus Priamo.

II- 3 A derivação foi introduzida em linguagens⁸ não apenas latinas, mas /nas/ de todos os homens por um motivo útil e necessário: de fato se assim não tivesse sido feito nem poderíamos aprender um tão grande número de palavras (na verdade são infinitas as formas⁹ em que elas se derivam), nem no que se refere às que tivéssemos aprendido a partir delas ficaria claro que semelhança haveria entre elas. Mas agora por essa razão percebemos o que é semelhante /pelo/ que foi produzido¹⁰. Quando se flexiona *legi* (li) a partir de *lego* (leio) duas coisas ficam simultaneamente evidentes: que, de certo modo, são ditas coisas idênticas e que não se agiu no mesmo tempo. Mas se, por exemplo, uma dessas palavras fosse *Priamus* e outra *Hecuba* não ficaria indicada unidade¹¹ alguma, como aparece em *lego*, *legi* e em *Priamus*, *Priamo*¹².

⁷ Os termos ou as expressões entre barras ao longo desta tradução foram inseridos por mim para completar o sentido das frases, pois são necessários para a compreensão do texto em português.

⁸ Para se referir à linguagem Varrão usa o termo *sermo* neste parágrafo, mas em I-1 usou *oratio* que, normalmente tem o sentido de enunciado, não de linguagem.

⁹ Neste trecho traduzi *natura* como *forma*, uma acepção de aspecto, porque não possui o mesmo sentido com que aparece ao longo deste livro VIII.

¹⁰ Aqui traduzi *propagatum* como “o que foi produzido” porque Varrão quis enfatizar aquele sentido de *propago* utilizado por ele logo no início deste livro (I, 1) para indicar que as palavras derivadas possuem semelhança com aquela da qual se originaram.

¹¹ *Unitas* pode designar no geral identidade, perfeita semelhança, harmonia, acordo. Neste trecho a *unitas* a que Varrão se refere diz respeito à identidade da palavra, ou melhor, duas palavras possuem unidade porque têm o mesmo radical. Trata-se não de desinências semelhantes, mas de radicais idênticos – não só graficamente, mas também semanticamente. Portanto tais palavras têm identidade porque partem do mesmo significado. O significado que deu origem à palavra primeira, de quando foi aplicada a alguma coisa.

¹² *Priamus Priamo* – exemplo usado por Varrão para justificar o que significa a *unitas* a que se refere neste trecho (v. nota 11). Os dois termos possuem em comum o radical *Priam-*, que lhes garante o mesmo significado, ou melhor, o flexionado (*Priamo*) parte do sentido do termo de que se originou. E as desinências são as diferenças a que Varrão se refere. Neste exemplo *-us* indica nominativo singular e *-o* ablativo singular, justamente para diferenciar a função sintática de cada termo no enunciado.

4 *Ut in hominibus quaedam sunt agnationes ac gentilitates, sic in verbis: ut enim ab Aemilio homines orti Aemilii ac gentiles, sic ab Aemilii nomine declinatae uoces in gentilitate nominali: ab eo enim, quod est impositum recto casu Aemilius, orta Aemilii, Aemilium, Aemilios, Aemiliorum et sic reliquae eiusdem quae sunt stirpis.*

4 Do mesmo modo que entre os homens existe algum parentesco e consangüinidade assim também se dá entre as palavras: da mesma maneira, pois, a partir de um Emílio provêm os Emílios e suas famílias, bem como do nome Emílio são formadas palavras em relação ao nome da família: a partir disso, pois, como *Aemilius* é dado no nominativo, são gerados *Aemili*, *Aemilium*, *Aemilios*, *Aemiliorum* e também os restantes dessa mesma família.

5 *Duo igitur omnino uerborum principia, impositio (et declinatio), alterum ut fons, alterum ut riuus. Impositicia nomina esse uoluerunt quam paucissima, quo citius ediscere possent, declinata quam plurima, quo facilius omnes quibus ad usum opus esset dicerent.*

5 Por conseguinte, no geral, são duas as origens das palavras¹³: a aplicação de um nome e a flexão. Uma como nascente, outra como rio. Quiseram que houvesse bem poucos nomes aplicados¹⁴ para que mais rapidamente pudessem decorá-los; os derivados em grande número para que todos considerassem mais facilmente os que fossem necessários para o uso.

¹³ Pelo contexto, neste trecho, a origem das palavras se refere aos processos de formação e de derivação de palavras, e não ao fenômeno que deu origem à fala e, conseqüentemente, à escrita – em torno do qual há muitas controvérsias.

¹⁴ Para os pitagóricos apenas quem entende a natureza das coisas é que poderia criar novas palavras, isto é, dar nome às coisas (v. nota 1). Para Varrão, no entanto – apesar da forte influência pitagórica que sofreu –, várias pessoas poderiam fazê-lo: os antigos romanos, pais da pátria e da língua, conforme ele próprio afirma na frase *impositicia nomina esse uoluerunt quam paucissima* (quiseram que houvesse bem poucos nomes aplicados).

6 Ad illud genus, quod prius, historia opus est: nisi discendo enim aliter id non peruenit ad nos; ad reliquum genus, quod posterius, ars: ad quam opus est paucis praeceptis quae sunt breuia. Qua enim ratione in uno uocabulo declinare didiceris, in infinito numero nominum uti possis: itaque nouis nominibus allatis (in) consuetudinem sine dubitatione eorum declinatus statim omnis dicit populus; etiam nouicii servi empti in magna familia cito omnium conseruorum (n)om(i)na recto casu accepto in reliquos obliquos declinant.

6 Em relação a esse primeiro tipo de palavras é necessário /servir-se/ da história, pois o conhecimento delas não chega até nós de outro modo senão com o estudo; quanto ao segundo, porque /vem/ depois, é necessário /servir-se/ da gramática, para a qual são necessários poucos preceitos¹⁵, que são breves. Com efeito, já que se aprende a declinar pela regra de uma única palavra pode-se usar esse aprendizado para um número infinito de nomes. E assim, sendo produzidos novos nomes para a fala habitual, sem dúvida a flexão deles todo o povo entende sem demora; além disso, os escravos recém-comprados por uma grande família ao conhecerem os nomes de todos os seus companheiros de escravidão no nominativo logo os declinam nos outros casos oblíquos.

7 Qui s(i) non numquam offendunt, non est mirum: et enim illi qui primi nomina imposuerunt rebus fortasse an in quibusdam sint lapsi: uoluis(se) enim putant(ur) singularis res notare, ut ex his in multitudine(m) declinaretur, ab homine homines; sic mares liberos uoluisse notari, ut ex his feminae declinarentur, ut est ab Terentio Terentia; sic in recto casu quas imponerent uoces, ut illinc essent futurae quo declinarentur: sed haec in omnibus tenere

¹⁵ Neste trecho Varrão quis dizer que só com o estudo gramatical, isto é, só com a análise morfológica e/ou semântica, não há como conhecer profundamente as palavras, não há como conhecer sua trajetória, entender quais significados elas foram adquirindo ao longo do tempo, que influências receberam etc. Porque sozinhas as regras gramaticais não dão conta disso. Há necessidade do auxílio de outra(s) ciência(s). Neste caso, conforme Varrão, trata-se da história. Atualmente, o conhecimento da trajetória de uma palavra (do *terminus a quo* ao *terminus ad quem*) constitui o campo de estudos da filologia românica.

nequisse, quod et una(e) et (binae) dicuntur scopae, et mas et femina aquila, et recto et obliquo uocabulo uis.

7 Não é de admirar se por ventura aqueles dois /tipos de palavra/ se chocarem alguma vez, pois também os que primeiramente aplicaram nomes às coisas talvez tenham cometido erros em alguns momentos. De fato, imagina-se terem pretendido dar nome às coisas no singular para que a partir deles se flexionasse no plural: *homines* de *homo* (homem); bem como imagina-se terem pretendido denominar os filhos homens nascidos livres para que a partir deles fossem flexionados os das filhas, como *Terentia* de *Terentius*. Assim determinariam esses termos no nominativo para que daí usassem os futuros vocábulos a que fossem derivados. Mas não se pode apegar a essas questões todo tempo porque *scopae* (vassouras) são ditas tanto *unae* quanto *binae*¹⁶; *aquila* (águia) é tanto masculino como feminino; *uis* (força) é tanto o nominativo como o genitivo.

8 Cur haec non tam si(n)t in culpa quam putant, pleraque soluere non difficile, sed nunc non necesse: non enim qui potuerint adsequi sed qui uoluerint, ad hoc quod propositum refert, quod nihilo minus declinari potest ab eo quod imposuerunt scopae scopa(rum), quam si imposuissent scopa, ab eo scopae sic alia.

8 A maior parte das vezes não é difícil de explicar por que essas situações não ocorram tanto por imperfeição quanto se julga. Mas não é

¹⁶ Varrão constata o fato de que não há como declinar alguns termos com base no paradigma estabelecido (declinar a partir de uma palavra no masculino, singular) porque são usados tanto no singular quanto no plural, citando como exemplo *scopae*. Ele comenta isso adiante em III-8 dizendo que esse paradigma só poderia ser usado se *scopae* tivesse sido estabelecida a partir do singular *scopa* e não do plural. Neste mesmo trecho cita ainda *aquila* e *uis*. *Aquila* tanto pode ser do gênero masculino quanto do gênero feminino, e *uis* funciona tanto como nominativo quanto como genitivo. Tais exemplos são usados por Varrão como argumento para comprovar que realmente não existe analogia. Se existisse não deveria haver – teoricamente – esses tipos de problemas.

necessário /ver este assunto/ neste momento. Pois não é importante como tenham podido alcançar o propósito em relação a isso, mas como o tenham desejado, pois por forma nenhuma *scopae scoparum* pode ser flexionado a partir desse nominativo como estabeleceram, o que poderia ocorrer se tivessem estabelecido *scopae* a partir de *scopa*, como outros.

III- 9 Causa, inquam, cur eas ab impositis nominibus declinarint, quam ostendi; sequitur, in quas uoluerint declinari aut noluerint, ut generatim ac summatim item informem. Duo enim genera uerborum, unum fecundum, quod declinando multas ex se parit disparilis formas, ut est lego legi legam, sic alia, alterum genus sterile, quod ex se parit nihil, ut est et iam uix cras magis cur.

III- 9 Para mim, a razão por que tenham derivado essas palavras a partir de nomes dados no nominativo, como mostrei, basta para que eu exponha genérica e sucintamente em relação a quais delas tenham desejado ou não que fossem derivadas. Há, pois, dois tipos de palavra: um é fértil¹⁷ porque a partir de si ao flexionar gera muitas formas diferentes, como *lego* (leio), *legi* (li), *legam* (lerei); outro, improdutivo¹⁸ porque a partir de si não gera nada, como *et* (e, também), *iam* (já), *uix* (apenas, com dificuldade), *cras* (amanhã, no dia seguinte), *magis* (mais), *cur* (por que, de que, do que, por que causa).

10 Quarum rerum usus erat simplex, (simplex) ibi etiam uocabuli declinatus, ut in qua domo unus seruus, uno seruili opust nomine, in qua multi, pluribus. Igitur et in his rebus quae sunt nomina, quod discrimina uocis plura, propagines plures, et in his rebus quae copulae sunt ac iungunt uerba, quod non opus fuit declinari in plura, fere singula sunt: uno enim loro alligare possis

¹⁷ Varrão se refere neste trecho a substantivo, verbo, adjetivo – classes de palavras que admitem flexão de número, caso, gênero e grau (no latim) –, a partir dos quais outras palavras podem ser formadas.

¹⁸ Aqui Varrão fala de conjunções e advérbios que não admitem nenhum tipo de flexão e nem geram outras palavras. As conjunções ele as chama de *fulmentum* (suporte) e delas trata no parágrafo seguinte.

uel hominem uel equum uel aliud quod, quicquid est quod cum altero potest colligari. Sic quod dicimus in loquendo “Consul fuit Tullius et Antonius”, eodem illo “et” omnis binos consules colligare possumus, uel dicam amplius, omnia nomina, atque adeo etiam omnia uerba, cum fulmentum ex una syllaba illud “et” maneat unum. Quare duce natura (factum)st, quae imposita essent uocabula rebus, ne ab omnibus his declinatus putaremus.

10 O uso daquelas coisas era simples, então a derivação de um vocábulo também era simples – como na casa em que há um único escravo é necessário um único nome de escravo e onde há muitos são necessários também muitos nomes. Portanto também nessas coisas que têm nomes, visto que há muitas variações de uma palavra, são múltiplos os derivados; e naquelas que existem para ligação e unem palavras normalmente há um único porque não foi necessário flexioná-las em múltiplas outras. De fato, com uma só correia pode-se amarrar um homem, um cavalo ou qualquer coisa que possa ser ligada a uma outra. Assim quando dizemos na fala “Túlio e Antonio foram cônsules” com esse mesmo “e” podemos unir todas as parselhas de cônsules e, além disso, eu diria todos os nomes e também absolutamente todas as palavras, enquanto aquele suporte “e” de uma única sílaba permanece íntegro. Por isso, com a natureza como condutor, aconteceu que aqueles vocábulos fossem aplicados às coisas para que a partir de todos eles considerássemos as derivações.

IV- 11 Quorum generum declinationes orientur, partes orationis sunt duae, (ni)si item ut Dion in tris diuiserimus partes res quae uerbis significantur: unam quae adsignificat casus, alteram quae tempora, tertia(m) quae neutrum. De his Aristoteles orationis duas partes esse dicit: uocabula et uerba, ut homo et equus, et legit et currit.

IV- 11 Quanto a que tipos de palavras são as que dão origem às flexões as partes do enunciado¹⁹ são duas, a não ser que tal como Dião²⁰ tivermos dividido em três categorias as coisas que tomam um significado através das palavras. Uma, que indica os casos; outra, os tempos; a terceira, que /não indica/ nenhum dos dois. Sobre esses assuntos, Aristóteles²¹ diz haver duas partes do enunciado: nomes e verbos, como *homo* (homem) e *equus* (cavalo), *legit* (colhe) e *currit* (corre).

12 Utriusque generis, et uocabuli et uerbi, quaedam priora, quaedam posteriora; priora ut homo, scribit, posteriora ut doctus et docte: dicitur enim homo doctus et scribit docte. Haec sequitur locus et tempus, quod neque homo nec scribi(t) potest sine loco et tempore esse, ita ut magis sit locus homini coniunctus, tempus scriptioni.

12 De cada um desses tipos – nomes e verbos – há umas formas primárias outras secundárias²². Primárias: *homo, scribit* (escreve), secundárias:

¹⁹ Pelo início deste trecho fica claro que Varrão entendia como também partes do enunciado as preposições, as conjunções e os advérbios. Ou melhor, ao registrar tratar-se das palavras por ele consideradas férteis ao dizer *quorum generum declinationes oriantur* (quanto a que tipos de palavra são as que dão origem às flexões).

²⁰ Conforme Roland G. Kent (1999, p. 379), Dião – nascido na Alexandria – em 56 a.C. freqüentava a Academia.

²¹ Segundo Aristóteles, “Compõem o todo da linguagem as seguintes partes: letra, sílaba, conectivo, articulação, nome, verbo, flexão, frase. (...) **Nome** é um som composto significativo, sem referência a tempo, do qual nenhuma parte é de si significativa, pois nas composições de dois elementos não os empregamos como tendo cada um o seu sentido; por exemplo *-doro*, em *Teodoro*, nada significa. **Verbo** é um som composto, com significado, com referência a tempo, do qual nenhuma parte tem sentido próprio, como no caso dos nomes; com efeito, *homem*, ou *branco*, não dão idéia de *quando*, mas *anda*, ou *andou*, trazem de acréscimo, um a idéia do tempo presente, o outro a do passado. **Flexão** é acidente do nome ou do verbo, que ou significa *de* ou *a* e relações que tais, ou dá a idéia de *um* ou *muitos*, por exemplo, *homens* ou *homem*, ou, com a inflexão do ator, uma pergunta, ou uma ordem; com efeito, as vozes *caminhou?* , ou *caminha*, são flexões de um verbo segundo esses aspectos” (*Poética*, XX – tradução de Jaime Bruna; grifos meus).

²² A noção de primária e secundária no trecho em questão diz respeito à ordem dos termos no enunciado e sua importância para o entendimento do mesmo. Primárias são as palavras mais importantes porque sem elas esse entendimento fica prejudicado. Trata-se dos nomes e verbos. E secundárias as palavras ditas acessórias que servem umas – os advérbios – para modificar o aspecto da ação indicada pelo verbo e outras – os adjetivos – para qualificar os nomes. São

doctus (douto) e *docte* (doutamente). Diz-se, pois, *homo doctus* (homem douto) e *scribit docte* (escreve doutamente). Essas expressões obedecem a lugar e tempo, porque nem *homo* nem *scribit* podem existir sem lugar e tempo; tanto que lugar está mais vinculado a *homo* e tempo a *scribit*.

13 Cum de his nomen sit primum (prius enim nomen est quam uerbum temporale et reliqua posterius quam nomen et uerbum), prima igitur nomina: quare de eorum declinatione quam de uerborum ante dicam.

13 Já que dessas categorias a primeira seja o nome (de fato, o nome vem antes do verbo que designa tempo e as categorias restantes depois do nome e do verbo), por conseguinte os substantivos próprios são os primeiros. Por isso tratarei sobre a flexão deles antes que sobre a dos verbos.

V- 14 Nomina declinantur aut in earum rerum discrimina, quarum nomina sunt, ut ab Terentius Terenti(a), aut in ea(s) res extrinsecus, quarum ea nomina non sunt, ut ab equo equiso. In sua discrimina declinantur aut propter ipsius rei naturam de qua dicitur aut propter illius (usum) qui dicit. Propter ipsius rei discrimina, aut ab toto (aut a parte. Quae a toto, declinata sunt aut propter multitudinem aut propter exiguitatem. Propter exiguitatem), ut ab homine homunculus, ab capite capitulum; propter multitudinem, ut ab homine hominess; ab eo (abeo) quod alii dicunt ceruices et id Hortensius in poematis ceruix.

V- 14 Os nomes são flexionados ou em conformidade com as diferenças daquelas coisas de que provêm²³, como *Terentia* a partir de *Terentius* ou,

acessórias porque sem tais palavras o entendimento central do enunciado não fica muito prejudicado.

²³ Trata-se de uma questão morfológica porque a forma derivada *Terentia* – a partir de *Terentius* – não adquire um novo significado, apenas muda de gênero gramatical: de masculino passa a feminino. Essa mudança é obtida pela troca de suas terminações: de *-us* – que designa,

externamente, em relação àquelas coisas de que esses nomes não provêm, como *equiso* (cavaleiro) de *equus*²⁴. Em conformidade com suas próprias diferenças eles se derivam ou em razão da natureza da coisa em si sobre a qual se fala, ou em razão do uso daquele que fala²⁵. Em função das diferenças da coisa em si /os nomes se flexionam/ ou com relação ao todo ou com relação à parte. Os flexionados com relação ao todo foram derivados em razão ou do plural ou do diminutivo. Em razão do diminutivo: *homunculus* de *homo*, *capitulum* de *caput*. Em razão do plural: *homines* de *homo*. Omito aquele fato de que alguns digam *ceruices* e em seus poemas Hortêncio²⁶ diga *ceruix*.

15 Quae a parte declinata, aut a corpore, ut a mamma mammosae, a manu manubria, aut ab animo, ut a prudentia pruden(te)s, ab ingenio ingeniosi. Haec sine agitationibus; at ubi motus maiores, item ab animo (aut a corpore), ut ab strenuitate et nobilitate strenui et nobiles, sic a pugnando et currendo pugiles et cursores. Ut aliae declinationes ab animo, aliae a corpore, sic aliae quae extra hominem, ut pecuniosi, agrarii, quod foris pecunia et ager.

15 Aqueles nomes flexionados com relação à parte o fazem no que se refere ou ao corpo – como *mamosae* (tetuda) de *mamma*, *manubria* (asa, cabo) de *manus* – ou à alma – como *prudentes* de *prudentia*, *ingeniosi* de

neste exemplo, desinência de palavra masculina – passa a *-a* – que indica, neste exemplo, palavra feminina. Portanto, um simples caso de flexão de gênero.

²⁴ É uma questão semântica porque a forma derivada *equiso* – a partir de *equus* – adquire um significado diferente daquele de quando *equus* foi originado. *Equiso* não diz respeito diretamente a cavalo (animal irracional), mas sim a uma pessoa (animal racional), contudo é perfeitamente possível um substantivo ser criado a partir de outro, morfológicamente falando. No entanto, semanticamente a forma *equiso* derivada a partir de *equus* pode causar certo incômodo. Exatamente a isso Varrão chama a atenção neste trecho.

²⁵ Conforme Varrão diz em II, 3, deste livro, *percebemos o que é semelhante /pelo/ que foi produzido* porque a diferença entre uma e outra é dada por desinências – ou terminações, que carregam importantes informações morfológicas e sintáticas. Tais derivações podem ocorrer por razões morfológicas para definir numa classe gramatical determinada seu gênero, número e grau; sintáticas para marcar sua função no enunciado, por meio dos casos; e semânticas, conforme o exemplo *equiso* (v. nota 24).

²⁶ Quintus Hortensius Hortalus (114-50 a.C.), orador que também é citado no início de *Brutus*, de Cícero.

ingenium. Esses vocábulos existem sem movimento. Entretanto, quando há movimentos maiores, igualmente eles se referem ou à alma ou ao corpo. Por exemplo: *strenui* (valentes, cuidadosos) e *nobiles* a partir de *strenuitas* e de *nobilitas*, *pugiles* e *cursores* de *pugnare* (lutar) e de *currere* (correr). Como algumas derivações se referem à alma e outras ao corpo, também há outras que se referem a coisas extrínsecas ao homem: *pecuniosi* (ricos) e *agrarii* (agricultores) porque *pecunia* e *ager* são externos ao homem.

VI- 16 Propter eorum qui dicunt usum declinati casus, uti is qui de altero diceret, distinguere posset, cum uocaret, cum daret, cum accusaret, sic alia eiusdem (modi) discrimina, quae nos et Graecos ad declinandum duxerunt. Sine controuersia (sunt obliqui, qui nascuntur a recto: unde rectus an sit casus) sunt qui quae(rant. Nos uero sex habemus, Graeci quinque): quis uocetur, ut Hercules; quemadmodum uocetur, ut Hercule; quo uocetur, ut ad Herculem; a quo uocetur, ut ab Hercule; cui uocetur, ut Herculi; cuius uocetur, ut Herculis.

VI- 16 Os casos são declinados pelo uso que os falantes fazem desses /nomes/, de modo que aquele que conte sobre outrem possa diferenciar quando chame, quando dê, quando censure, assim como outras diferenças de mesmo tipo que levaram – a nós e aos gregos – a declinar. Sem controvérsia são oblíquos os casos gerados a partir do nominativo, do qual há aqueles que questionem se seria um caso²⁷. Os gregos têm cinco²⁸ casos, nós por certo

²⁷ Nominativo “é o ‘caso’ da *denominação*, da *nomeação*, da *identidade*, da *identificação*. É o caso do nome como ele é, na sua expressão referencial [...] Há também quem afirme que o nominativo não é um caso, talvez por influência do registro tradicional dos nomes, no nominativo e genitivo e dos adjetivos no nominativo [...] a forma do nominativo seria a forma-referência e o genitivo enquadraria o nome nos diversos paradigmas (declinações) [...] **O nominativo é um caso porque tem desinência**, e por isso tem uma função”. [Murachco, 2000, p. 88-92; grifos do autor.]

²⁸ O grego, como o latim, é uma língua sintética basicamente porque exprime as relações sintáticas das palavras por meio dos casos. O grego possui cinco casos: nominativo, vocativo, acusativo, genitivo e dativo. [“O vocativo não é propriamente uma função; não faz parte do mecanismo da frase, é exterior a ela. É uma espécie de interjeição, um chamado, um aceno, é o ‘gancho’ do diálogo, que é bipolar, singular. É próprio da oralidade”.] Ao grego, em relação ao latim, falta o ablativo; contudo, as relações que abrangem esse caso são expressas pela mesma

temos seis: quem é chamado, como *Hercules*; de que modo é chamado, como *Hercule*; para onde é chamado, como *ad Herculem*; por quem é chamado, como *ab Hercule*; para quem é chamado, como *Herculi*; da parte de quem é chamado, como *Herculis*.

VII- 17 *Propter ea uerba quae erant proinde ac cognomina, ut prudens, candidus, strenuus, quod in his praeterea sunt discrimina propter incrementum, quod maius aut minus in his esse potest, accessit declinationum genus, ut a candido candidius candidissimum sic a longo, diuite, id genus aliis ut fieret.*

VII- 17 Com respeito àquelas palavras equivalentes a sobrenomes²⁹, como *prudens*, *candidus*, *strenuus*, como nelas além disso ocorrem diferenças devido a um acréscimo que nelas pode dar-se exagerada ou escassamente, aplicou-se um tipo de flexão – como *candidius* e *candidissimus* a partir de *candidus* e do mesmo modo em relação a *longus* e *diues* (rico) –, para que esse tipo de flexão ocorresse em outros vocábulos.

18 *Quae in eas res quae extrinsecus declinantur, sunt ab equo equile, ab ouibus ouile, sic alia: haec contraria illis quae supra dicta, ut a pecunia pecuniosus, ab urbe urbanus, ab atro atratus: ut nonnunquam ab homine locus, ab eo loco homo, ut ab Romulo Roma, ab Roma Romanus.*

18 Há aquelas derivações que se formam com relação a essas coisas de fora: *equile* (estrebária) de *equus*, *ouile* (redil) de *ouis*, como outras. Essas palavras acima mencionadas são opostas a estas: *pecuniosus* (rico em gado) de

desinência do dativo tanto no singular quanto no plural. “E o falante grego [...] não tem dificuldades em entender e se fazer entender, mesmo no plano da oralidade” (Murachco, Idem, p. 83-93; grifos do autor)

²⁹ Trata-se dos adjetivos. Neste trecho Varrão fala sobre os graus do adjetivo – comparativo e superlativo – para os quais, segundo ele, foi preciso aplicar um novo tipo de flexão por meio do acréscimo de uma desinência (isto é, sufixo; para Varrão, *incrementum*) própria (-*ius* para o

pecunia, urbanus (urbano) de *urbs*, *atratus* (enegrecido, enlutado) de *ater*: porque algumas vezes o lugar /recebe o nome/ de uma pessoa ou uma pessoa /o/ de um lugar, por exemplo: *Roma* de *Romulus*, *Romanus* de *Roma*.

19 Aliquot modis declinata ea quae foris: nam aliter qui a maioribus suis, Laton(i)us et Priamidae, aliter quae (a) facto, ut a praedando praeda, a merendo merces; sic alia sunt, quae circum ire non difficile; sed quod genus iam uidetur et alia urgent, omitto.

19 Aquelas palavras derivadas em relação a coisas de fora /o fazem/ por alguns modos /diferentes/. De fato, de um modo os provenientes de seus antepassados *Latonius* e *Priamidae*; de outro os gerados a partir de uma ação: *praeda* (roubo) de *praedare*, *merces* (salário) de *mereri* (ser merecedor). Assim como há outros a que não é difícil acompanhar /a trajetória/. Mas deixo de lado esse tipo de vocábulo porque já está claramente entendido e porque outros reclamam /nossa atenção/.

VIII- 20 In uerborum genere quae tempora adsignificant, quod ea erant tria, praeteritum, praesens, futurum, declinatio facienda fuit triplex, ut ab saluto salutabam, salutabo; cum item personarum natura triplex esset, qui loqueretur, (ad quem), de quo, haec ab eodem verbo declinata, quae in copia uerborum explicabuntur.

VIII- 20 Em relação ao tipo de palavras que indicam tempos, como existissem três – pretérito, presente e futuro – tripla era a flexão a ser feita³⁰ – por exemplo, *salutabam* (eu saudava) e *salutabo* (saudarei) de *saluto* (saúdo).

comparativo e *-issimus* para o superlativo), como paradigma a ser seguido por outros vocábulos dessa mesma classe de palavras, conforme o próprio Varrão diz na seqüência neste parágrafo.

³⁰ Em relação aos verbos a forma flexionada também não adquire novo significado, mas o tempo da ação expressa por ela é alterado. Portanto, Varrão afirma existir essa tripla flexão porque a desinência *-ba* indica pretérito imperfeito; *-bo* futuro; e *-o* presente.

Como igualmente a natureza das pessoas /verbais/ fosse tripla – a que falaria, para quem e sobre quem³¹ – estas são flexionadas a partir do mesmo verbo, as quais se explicarão com a aplicação no grande número de verbos.

IX- 21 Quoniam dictum de duobus, declinatio cur et in qua(s) sit facta, tertium quod relinquitur, quemadmodum, nunc dicetur. Declinationum genera sunt duo, uoluntarium et naturale; uoluntarium est, quo ut cuiusque tulit uoluntas declinauit. Sic tres cum emerunt Ephesi singulos seruos, nonnunquam alius declinat nomen ab eo qui uendit Artemidorus, atque Artemam appellat, alius a regione quod ibi emit, ab Ion(i)a Iona, alius quod Ephesi Ephesium, sic alius ab alia aliqua re, ut uisum est.

IX- 21 Visto que se tratou sobre dois assuntos – por que há derivação e em quais vocábulos ela seja levada a efeito –, agora se descreverá um terceiro que foi deixado de lado: de que maneira /isso se evidencia/. Os tipos de derivação são dois: o voluntário e o natural. É voluntário quando se formam /palavras/ em razão do livre-arbítrio de cada pessoa. Assim quando três pessoas compraram um escravo de Éfeso para cada uma, ocasionalmente uma batiza o seu de *Artemas* a partir de *Artemidorus*, o nome de quem o vendeu; a outra de *Iona* a partir de Jônia, o nome da região em que o comprou; a outra de *Ephesius* por ser de Éfeso. Como se vê, cada pessoa /forma um nome/ por um motivo diferente.

22 Contra naturalem declinationem dico, quae non a singulorum oritur uoluntate, sed a com(m)uni consensu. Itaque omnes impositis nominibus eorum

³¹ Pessoa verbal neste trecho refere-se aos participantes da comunicação e do enunciado produzido. A situação de comunicação é definida pela relação entre um falante que enuncia e um outro a quem o enunciado é dirigido. A comunicação implica pois um falante (o “eu”) que é o centro da comunicação, um interlocutor (o “tu”) para quem ela é dirigida, e algo ou alguém enunciado (o “ele”) sobre o que se fala. Primeiramente há distinção entre o “eu” e o que não é o “eu” (o interlocutor) – que na interação verbal pode, por seu turno, tornar-se um falante. Depois a distinção entre o “eu” e o “ele”, o objeto da comunicação.

item declinant casus atque eodem modo dicunt huius Artemidori et huius Ionis et huius Ephesi, sic in casibus aliis.

22 Ao contrário, defino *declinatio naturale* aquele nome derivado não em razão do livre-arbítrio de cada um, mas em razão do consenso comum. E assim desses, sendo/-lhes/ aplicados nomes, todos igualmente flexionam os casos oblíquos e do mesmo modo pronunciam *huius Artemidori* (deste Artemidoro), *huius Ionis* (deste Jônio) e *huius Ephesi* (deste Éfeso), como nos demais casos.

23 *Cum utrumque nonnunquam accidat, et ut in uoluntaria declinatione animaduertatur natura et in naturali uoluntas, quae, cuiusmodi sint, aperientur infra; quod utraque declinatione alia fiunt similia, alia dissimilia, de eo Graeci Latinique libros fecerunt multos, partim cum alii putarent in loquendo ea uerba sequi oportere, quae ab similibus similiter essent declinata, quas appellarunt analogiaj, alii cum id neglegendum putarent ac potius sequendam (dis)similitudinem, quae in consuetudine est, quam uocarunt anomaliaj, cum, ut ego arbitror, utrumque sit nobis sequendum, quod (in) declinatione uoluntaria sit anomalia, in naturali magis analogia.*

23 Como algumas vezes ocorrem esses dois /tipos de derivação/, porque tanto na derivação voluntária se observa a natureza quanto na derivação natural o livre-arbítrio, mais adiante se mostrará de que espécie elas sejam. Porque em ambas as derivações são geradas algumas /formas/ semelhantes e outras diferentes, sobre esse tema gregos e latinos produziram muitos livros, já que uns³², em parte, consideravam ser preciso adotar na fala essas palavras que tivessem sido geradas por semelhança a partir de semelhantes a que

³² Os analogistas (eruditos alexandrinos) que viam a língua como convenção (qesij). Para eles, as conjugações e declinações corresponderiam a modelos-base convencionais (Collart, 1978, p. 16).

denominaram de analogiai (analogia); outros³³ porque consideravam que isso devia ser negligenciado e, de preferência, devia ser adotada a dessemelhança que existe na fala habitual a que chamaram a[n]wmaliai (anomalia). No meu entender, ambas deveriam ser adotadas³⁴ porque na derivação voluntária ocorra a anomalia e na natural, com mais frequência, a analogia.

24 De quibus utriusque generis declinationibus libros faciam bis ternos, prioris tris de earum declinationum disciplina, posteriores de eius disciplinae propaginibus. De prioribus primus erit hic, quae contra similitudinem declinationum dicantur, secundus, quae contra dissimilitudinem, tertius de similitudinum forma; de quibus quae expediero singulis tribus, tum de alteris totidem scribere ac diuidere incipiam.

24 Sobre esses dois tipos de derivação produzirei seis livros³⁵: os três primeiros sobre a teoria dessas derivações; os seguintes sobre os resultados práticos dessa teoria. Daqueles iniciais o primeiro será este: o que se diz contra a semelhança das derivações; o segundo o que se diz contra a dessemelhança; o terceiro sobre a forma das semelhanças. Sobre esses assuntos quando eu tiver dado explicações em cada um dos três, então começarei a escrever sobre outros assuntos e a dividir segundo essa mesma proporção.

³³ Os anomalistas (estóicos) que entendiam a língua como natural (fusij). Segundo eles, as regras gerais gramaticais seriam insignificantes e as variedades e irregularidades reinariam sobre a linguagem, como a natureza (Collart, 1978, p. 16).

³⁴ Neste parágrafo Varrão trata de derivação voluntária e derivação natural especificamente, mas ele já deixa bem claro qual sua posição em relação à analogia e à anomalia. Ele aprova a ambas, com ressalvas, conforme se perceberá ao longo deste texto traduzido. Essa posição pode ser percebida porque, como esses tipos de derivação sejam perfeitamente possíveis de ocorrer, seria plausível que levassem em conta ou a analogia ou a anomalia, mas não as duas (ou algumas características de cada uma delas) ao mesmo tempo. Varrão chama a atenção para isso ao afirmar que curiosamente na derivação voluntária há exemplos de anomalia e na derivação natural exemplos de analogia. O que teoricamente – ou melhor, pelo ponto de vista tanto dos analogistas quanto dos anomalistas – não deveria acontecer.

³⁵ O *De Lingua Latina* foi constituído originalmente em 25 livros, divididos em três partes: etimologia, morfologia e sintaxe. Individualmente cada livro constitui uma unidade, mas pertencente a uma série de três livros que, por sua vez, se agrupam em duas partes constituindo um bloco completo de seis livros (ver nota 2).

X- 25 Quod huiusce libri est dicere contra eos qui similitudinem sequuntur, quae est ut in aetate puer ad senem, (puella) ad anum, in uerbis ut est scribo scribam, dicam prius contra uniuersam analogiam, dein tum de singulis partibus. A natura sermo(nis) incipiam.

X- 25 Como o assunto deste livro é falar contra aqueles que seguem a analogia, que ocorre tal como em relação à idade entre um menino e um velho, uma menina e uma velha, em relação aos verbos, como acontece em *scribo* (escrevo) e *scribam* (escreverei), referirei antes contra a analogia em geral, depois, sobre cada uma das partes. Iniciarei pela natureza da linguagem.

XI- 26 Omnis oratio cum debeat dirigi ad utilitatem, ad quam tum denique peruenit, si est aperta et breuis, quae petimus, quod obscurus et longi(or) orator est odio; et cum efficiat aperta, ut intellegatur, breuis, ut cito intellegatur, et aperta(m) consuetudo, breuem temperantia loquentis, et utrumque fieri possit sine analogia, nihil ea opus est. Neque enim, utrum Herculi an Herculis clauam dici oporteat, si doceat analogia, cum utrumque sit in consuetudine, non neglegendum, quod aequae sunt et breui(a) et aperta.

XI- 26 Todo discurso, como deva ser concebido para a utilidade, à qual então afinal ele chega se é claro e breve, como determinamos, porque um orador prolixo e difícil de compreender faz perder a paciência, e como fique claro para que se compreenda e breve para que logo se compreenda, para os eloquentes o costume /torna o discurso/ claro e a moderação, breve. E ambos podem ser produzidos sem a analogia – ela não é necessária. Pois nem se a analogia ensinar que seja correto dizer *Herculi clauam* ou *Herculis clauam* (o cajado de Hércules), como ambos são permitidos no uso não se deve desprezá-los, pois são igualmente breves e claros.

XII- 27 Praeterea quous utilitatis causa quaeque res sit inuenta, si ex ea quis id sit consecutus, amplius ea(m) scrutari cum sit nimium otiosi, et cum utilitatis causa uerba ideo sint imposita rebus ut ea(s) significant, si id consequimur una consuetudine, nihil prodest analogia.

XII- 27 Além disso se alguém a partir de uma coisa compreendeu que cada uma delas tenha sido inventada em razão dessa utilidade /poderá/ pesquisá-la por um prazo maior porque tenha muito tempo livre. E como em razão da utilidade os nomes tenham sido aplicados às coisas para revelar /o significado delas/ se compreendermos isso simplesmente com o uso, a analogia não tem serventia.

XIII- 28 Accedit quod quaecumque usus causa ad uitam sint assumpta, in his no(strumst) utilitatem quaerere, non similitudinem: itaque in uestitu cum dissimillima sit uirilis toga tunica(e), muliebri(s) stola pallio, tamen inaequabilitatem hanc sequimur nihilo minus.

XIII- 28 Acrescenta-se a isso que na vida a qualquer coisa que seja adotada por causa do uso é próprio de nós nelas procurar a utilidade, não a semelhança. E assim em relação à roupa embora a toga masculina seja diferente da túnica e a estola feminina do manto apesar da dessemelhança usamos /ambas/.

XIV- 29 In aedificiis, quom non uideamus habere (ad) atrium peri/stulon similitudinem et cubiculum ad equile, tamen propter utilitatem in his dissimilitudines potius quam similitudines sequimur: itaque et hiberna triclinia et aestiva non item ualuata ac fenestrata facimus.

XIV- 29 Nos edifícios, como não percebemos existir semelhança entre peristuloj (peristilo, colonata) e *atrium* (alpendre), *cubiculum* (quarto) e *equile* (estrebria), como quer que seja por causa da utilidade adotamos em relação a

essas coisas mais as diferenças do que as semelhanças. E assim, não aparelhamos as salas de jantar com janelas e portas duplas do mesmo modo no inverno e no verão.

XV- 30 Quare cum, ut in vestitu aedificiis, sic in supellectile cibo ceterisque omnibus quae usus (causa) ad uitam sunt assumpta dominetur inaequabilitas, in sermone quoque, qui est usus causa constitutus, ea non repudianda.

XV- 30 Por isso, como na roupa e nos edifícios, na mobília e na comida e em todas as outras coisas que se tomam na vida por causa de sua utilidade domine a dessemelhança, também na linguagem – que foi determinada em razão do uso – não se deve rejeitá-la.

XVI- 31 Quod si quis duplicem putat esse summam, ad quas metas naturae sit perueniendum in usu, utilitatis et elegantiae, quod non solum uestiti esse uolumus ut uitemus frigus, sed etiam ut uideamur uestiti esse honeste, non domum habere ut simus in tecto et tuto solum, quo necessitas contruserit, sed etiam ubi uoluptas retineri possit, non solum uasa ad uictum habilia, sed etiam figura bella atque ab artifice (ficta), quod aliud homini, aliud humanitati satis est; quodvis sitiendi homini poculum idoneum, humanitati (ni)si bellum parum; sed cum discessum e(s)t ab utilitate ad uoluptatem, tamen in eo ex dissimilitudine plus uoluptatis quam ex similitudine saepe capitur.

XVI- 31 Pois caso alguém considere existir um duplo propósito para que se deva alcançar aquelas metas da natureza acerca do uso – utilidade e elegância – como não nos desejamos vestir apenas para evitar o frio, mas também para parecer convenientemente vestidos; ter uma casa apenas para estar sob um teto em segurança, aonde a necessidade /nos/ tiver levado, mas também onde o desejo possa ser contemplado; não apenas as convenientes louças para a

alimentação, como também as de bela aparência e produzidas com arte – um é suficiente ao homem, o outro, à erudição. A qualquer homem sedento é suficiente um copo em bom estado, ao erudito se não /for/ bonito /não/ é suficiente. Mas quando se afasta da utilidade e se aproxima do desejo, muitas vezes nisso se obtém mais satisfação com relação à dessemelhança do que com relação à semelhança.

32 Quo nomine et gemina conclavia dissimiliter poliunt et lectos non omnis paris magnitudine ac figura faciunt. Quod (si) esset analogia petenda suppellectili, omnis lectos haberemus domi ad unam formam et aut cum fulcro aut sine eo, nec cum ad tricliniarem gradum, non item ad cubicularem; neque potius delectaremur suppellectile distincta quae esset ex ebore (aliisue) rebus disparibus figuris quam grabatis, qui ana logon, ad similem formam plerumque eadem materia fiunt. Quare aut negandum nobis disparia esse iucunda aut, quoniam necesse est confiteri, dicendum uerborum dissimilitudine(m), quae sit in consuetudine, non esse uitandam.

32 Portanto aposentos iguais se arrumam de modo diferente e nem todas as camas são produzidas em igual tamanho e tipo. Porque se tivesse de ser exigida analogia para mobília, teríamos todas as camas de casa em um único modelo, com balaústre ou não, e quando não houvesse degrau para o triclínio não haveria igualmente para o quarto. E, de preferência, não nos alegraríamos nem com uma mobília diversificada que fosse de marfim ou de outros materiais com formas diferentes, nem com camas ruins feitas em um modelo semelhante – como a analogia, ana logoj – e na maioria das vezes de um mesmo material. Portanto, ou as coisas diferentes não devem ser afirmadas como aprazíveis para nós, ou – pois é preciso admitir /isso/ – deve ser fixado que a dessemelhança das palavras – que ocorre no uso – não há de ser evitada.

XVII- 33 Quod si analogia sequenda est nobis, aut ea obseruanda est quae est in consuetudine aut quae non est. Si ea quae est sequenda est, praeceptis nihil opus est, quod, cum consuetudinem sequemur, ea nos sequetur; si quae non est in consuetudine, quaeremus: ut quisque duo uerba in quattuor formis finxerit similiter, quamuis haec nolemus, tamen erunt sequenda, ut Iuppit(r)i, Marspitrem? Quas si quis seruet analogias, pro insano sit reprehendendus. Non ergo ea est sequenda.

XVII- 33 Porém se a analogia deve ser seguida por nós, deve ser considerada ou a que está em uso ou a que não está. Se aquela que está em uso deve ser seguida não há nenhuma necessidade de regulamentos, porque quando seguimos o uso aquela analogia nos segue. Se se deve seguir a que não está em uso, perguntamos: dado que alguém tenha adequado duas palavras nas quatro formas /oblíquas/ igualmente, mesmo que não as admitamos ainda assim elas deverão ser observadas, como em *Iuppitri* (de Júpiter – genitivo arcaico) e *Marspitrem*? Se alguém seguir essa analogia deveria ser acusado como louco. Portanto a analogia não deve ser seguida.

XVIII- 34 Quod si oportet id es(se), ut a similibus similiter omnia declinentur uerba, sequitur, ut ab dissimilibus, dissimilia debeant fingi, quod non fit: nam et (ab) similibus alia fiunt similia, alia dissimilia, et ab dissimilibus partim similia partim dissimilia. Ab similibus similia, ut a bono et malo bonum malum; ab similibus dissimilia, ut ab lupus lepus lupo lepori. Contra ab dissimilibus dissimilia, ut Priamus Paris, Priamo Pari: ab dissimilibus similia, ut Iuppiter ouis, Ioui oui.

XVIII- 34 Porém se isso for conveniente para que todas as palavras se flexionem igualmente com relação a coisas semelhantes e para que devam ser arranjadas as /palavras/ dessemelhantes com relação a coisas dessemelhantes, isso não acontece porque resultam algumas /palavras/ semelhantes outras

dessemelhantes em relação tanto a coisas semelhantes quanto dessemelhantes. Palavras semelhantes provenientes de semelhantes: *bonum* e *malum* de *bonus* e *malus*; palavras dessemelhantes provenientes de semelhantes: *lupo* e *lepori* de *lupus* (lobo) e *lepus* (lebre). De outra parte, palavras dessemelhantes provenientes de dessemelhantes: *Priamo* e *Pari* de *Priamus* e *Paris*; palavras semelhantes a partir de dessemelhantes: *Ioui* e *oui* de *Iuppiter* (Júpiter) e *ouis* (ovelha).

35 Eo iam magis analogias (esse negandum, quod non modo ab similibus) dissimilia finguntur, sed etiam ab isdem uocabulis dissimilia neque a dissimilibus similia, sed etiam eadem. Ab isdem uocabulis dissimilia fingi apparet, quod, cum duae sint Albae, ab una dicuntur Albani, ab altera Albenses; cum trinae fuerint Athenae, ab una dicti Athenae(i), ab altera Athenaiis, a tertia Athenaeopolitae.

35 Por causa disso a analogia deve ser evitada tão mais intensamente porque não somente vocábulos dessemelhantes são produzidos a partir de semelhantes, mas também a partir de vocábulos idênticos. E não são produzidos /apenas/ vocábulos semelhantes a partir de dessemelhantes, mas também vocábulos idênticos. É evidente que desses idênticos são produzidos vocábulos dessemelhantes, pois como existem duas cidades chamadas *Alba*, as pessoas provenientes da primeira se denominam *albanos* e, da segunda, *albenses* e como teriam existido três Atenas, as pessoas oriundas da primeira se chamam *athenaei*; da segunda, *athenaiis*; e, da terceira, *athenaepolitae*.

36 Sic ex diversis uerbis multa facta in declinando inueniuntur eadem, ut cum dico ab Saturni Lua Luam, et ab soluendo luo luam. Omnia fere nostra (n)omina uirilia et muliebria multitudinis cum recto casu fiunt dissimilia, ea(de)m (in) dand(i): dissimilia, ut mares Terentiei, feminae Terentia(e), eadem

in dandi, uireis Terentieis et mulieribus Terentieis. Dissimile Plautus et Plautius, (Marcus et Marcius); et commune, ut huius Plauti et Marci.

36 Desse modo, muitos vocábulos produzidos de palavras dessemelhantes na derivação resultam idênticos³⁶. Por exemplo, quando digo *luam* com relação a *lua saturni* e *luam* com relação a *luere* (purificar). Todos os nossos nomes de homens e de mulheres, comumente no plural, quando no nominativo ficam dessemelhantes; no dativo, semelhantes. Por exemplo *Terentiei* (os Terêncio) e *Terentiae* (as Terência) no nominativo são dessemelhantes e no dativo semelhantes: *Terentieis. Plautus e Plautius, Marcus e Marcius* têm nominativo singular dessemelhante e /genitivo singular/ semelhante: *Plauti e Marci*.

XIX- 37 Denique si est analogia, quod in multis uerbis e(s)t similitudo uerborum, sequitur, quod in pluribus est dissimilitudo, ut non sit in sermone sequenda analogia.

XIX- 37 E afinal se existe analogia – como em muitas palavras há semelhança de termos – resta que, porque há dessemelhança em muitas delas, a analogia não deva ser seguida na linguagem.

XX- 38 Postremo, si est in oratione, aut in omnibus eius partibus est aut in aliqua: at in omnibus non est, in aliqua esse parum est, ut album esse Aethiopa non satis est quod habet candidos dentes: non est ergo analogia.

³⁶ Trata-se das palavras homônimas que não apenas são escritas da mesma forma, mas também faladas, e só podem ser distinguidas pelo contexto de um enunciado ou texto. Varrão traz como exemplo a palavra *luam* que pode ser substantivo ou verbo dependendo do contexto. Como substantivo *luam* é a declinação de *lua*, forma do nominativo singular, para o caso acusativo singular dado pela desinência *-m*. E como verbo *luam* é a flexão de *luere*, forma do infinitivo, para o presente do subjuntivo na primeira pessoa do singular, dada pela desinência *-am*.

XX- 38 Enfim, ainda que ela seja considerada no enunciado – ora em todas as partes dele ora em algumas –, contudo não é observada em todas e é pouco /considerada/ em algumas. Por exemplo, para um etíope ser branco não é suficiente que possua dentes brancos. Portanto não existe analogia.

XXI- 39 Cum ab similibus uerbis quae declinantur similia fore polliceantur qui analogias esse dicunt, et cum simile tum, denique dicant esse uerbo uerbum, ex eodem si genere eadem figura transitum de cassu in cassum similiter ostendi possit, qui haec dicunt utrumque ignorant, et in quo loco similitudo debeat esse, et quemadmodum spectari soleat, simile sit necne. Quae cum ignorant, sequitur ut, cum (de) analogia dicere non possint, sequi (non) debeamus.

XXI- 39 As palavras derivadas geradas a partir de palavras semelhantes são semelhantes, como propõem aqueles que dizem existir analogia. E então, segundo eles finalmente, uma palavra é semelhante a outra ainda que possa ser demonstrado que de um mesmo gênero e de uma mesma desinência a palavra se declina de um caso a outro semelhantemente, os que afirmam isso ignoram duas coisas: a semelhança devia haver em que circunstância e de que maneira costumaria ser observado que exista ou não semelhança. Como ignoram essas coisas, resta que – como não possam definir sobre a analogia – não devemos segui-la.

40 Quaero enim, uerbum utrum dicant uocem quae ex syllabis est ficta, eam quam audimus, an quod ea significat, quam intellegimus, an utrumque. Si uox uoci esse debet similis, nihil refert, quod significat mas an femina sit, et utrum nomen an uocabulum sit, quod illi interesse dicunt.

40. Pergunto, pois: que coisas eles afirmam /ser/ uma palavra? O ruído produzido pelas sílabas, ao qual ouvimos? Ou o que revela esse ruído que

reconhecemos? Ou ambas as coisas?³⁷ Se um ruído deve ser igual a outro nada representa o que indica que seja masculino ou feminino e o que seja um nome próprio ou nome comum, o que eles afirmam ser relevante.

41 Sin illud quod significatur debet esse simile, Diona et Theona quos dicunt esse paene ipsi geminos, inueniuntur esse dissimiles, si alter erit puer, alter senex, aut unus albus et alter Aethiops, item aliqua re alia dissimile(s). Sin ex utraque parte debet uerbum esse simile, non cito inuenietur qui(n) in altera utra re claudicet, nec Perpenna et Alfen(a) erit simile, quod alterum nomen uirum, alterum mulierem significat. Quare quoniam ubi similitudo esse debeat nequeunt ostendere, impudentes sunt qui dicunt esse analogias.

41 Porém se aquilo que revela um significado deve ser a semelhança, *Diona* e *Theona* – que eles próprios afirmam quase idênticos se formam considerados dessemelhantes se um for menino e outro velho, ou se um for branco e outro etíope –, do mesmo modo /se formam/ dessemelhantes em algum outro aspecto. Porém se uma palavra deve ser a semelhança de ambas as coisas, não facilmente se encontrará /uma/ que não vacile em uma ou outra. *Perpenna* e *Alfena* não serão semelhantes porque um revela um nome de homem e outro de mulher. Portanto como não podem demonstrar onde deva haver semelhança, são descartados os que afirmam existir analogia.

XXII- 42 Alterum illud quod dixi, quemadmodum simile (s)pectari oporteret, ignorare apparet ex eorum praecepto, quod dicunt, cum transierit e nominandi casibus in eos quos appellant uocandi, tum denique posse dici

³⁷ Neste trecho Varrão toca na questão significante/significado inerente às palavras, pois cada uma delas possui um som (o significante) carregado de sentido (o significado). Mas nem todo som é carregado de sentido, porque letras e sílabas podem ser juntadas aleatoriamente e produzir um som que na verdade não terá significado algum. Pelo questionamento de Varrão percebe-se essa questão quando ele pergunta se uma palavra seria o som – para ele *ruído* – produzido pelas sílabas ou o que é revelado por esse ruído que é reconhecido, isto é, o significado.

rectos esse similis aut dissimilis: esset enim ut si quis, Menaechmos, geminos cum uideat, dicat non posse iudicare similesne sint, nisi qui ex his sint nati considerarit num discrepent inter se.

XXII- 42 A esse outro aspecto que eu referi – de que maneira deve ser observado existir semelhança – parecem ignorar de acordo com a regra deles, como dizem, que quando fosse passado do nominativo ao caso a que chamam vocativo³⁸ então poder-se-ia afirmar que existe um nominativo semelhante ou um dessemelhante. Com efeito, seria como se alguém quando visse os gêmeos Menaechmos³⁹ afirmasse não poder avaliar se acaso seriam semelhantes, a não ser que pudessem considerar se os filhos desses gêmeos se diferenciam entre si ou não.

43 Nihil, inquam, quo magis minusue sit simile quod conferas cum altero, ad iudicandum extrinsecus oportet sumi. Quare cum ignorent, quemadmodum similitudo debeat sumi, de analogia dicere non possunt. Haec apertius dixissem, nisi breuius eo nunc mallet, quod infra sunt planius usurpanda. Quare quod ad universam naturam uerborum attinet, haec attigisse modo satis est.

43 Para mim, para que se atribua o que seja mais ou menos semelhante com o outro, não é necessário tomar nada de fora para avaliar. Portanto, como ignorem de que maneira a semelhança deva ser tomada não podem expor a respeito da analogia. Essas coisas eu teria dito com mais clareza, todavia agora prefiro ser mais breve, visto que adiante elas deverão ser abordadas de modo mais compreensível. Portanto, como se refira à natureza geral das palavras, é suficiente eu ter tratado somente essas questões.

³⁸ Ver nota 29.

³⁹ *Menaechmos*: título de comédia de Tito Mácio Plauto (250?-184? a.C.).

XXIII- 44 Quod ad partis singulas orationis, deinceps dicam. Quoniam sunt diuisiones plures, nunc ponam potissimum eam qua diuiditur oratio secundum naturam in quattuor partis: in eam quae habet casus et quae habet (tempora et quae habet) neutrum et in qua est utrumque. Has uocant quidam appellandi, dicendi, adminiculandi, iungendi. Appellandi dicitur ut homo et Nestor, dicendi ut scribo et lego, iungendi ut (scribens et legens), adminiculandi ut docte et commode.

XXIII- 44 Por isso em relação a cada parte do enunciado tratarei em seguida. Visto que dele há várias divisões, agora considerarei acima de tudo aquela em que o enunciado se divide, conforme a natureza, em quatro partes: a que contém os casos; a que contém os tempos; a que não contém nenhum deles; e a que contém ambos. Alguns as denominam de nominal, verbal, adverbial e copulativa. Diz-se nominal *homo* e *Nestor*, verbal *scribo* (escrevo) e *lego* (leio), copulativa *scribens* (aquele que escreve) e *legens* (aquele que lê), adverbial *docte* (doutamente) e *commode* (comodamente, convenientemente).

45 Appellandi partes sunt quattuor, e quis dicta a quibusdam prouocabula quae sunt ut quis, quae; (uocabula) ut scutum, gladium; nomina ut Romulus, Remus; pronomina ut hic, haec. Duo media dicuntur nominatus; prima et extrema articuli. Primum genus est infinitum, secundum ut infinitum, tertium ut finitum, quartum finitum.

45 A nominal tem quatro partes: dentre elas, a que é denominada por alguns de *prouocabula* (interrogativa) – como *quis* e *quae*. A *uocabula* (substantiva), como *scutum* (escudo) e *gladium* (espada). A *nomina* (nominal), como *Romulus* e *Remus*. A *pronomina* (pronominal), como *hic* (este) e *haec* (esta/as). As duas do meio são ditas *nomes*, e *pronomes relativos* e *demonstrativos* a primeira e a última. O primeiro tipo é indefinido; o segundo, quase indefinido; o terceiro, quase definido; e, o quarto, definido.

46 Haec singulatim triplicia esse debent quod (ad) sexum, multitudinem, casum: sexum, utrum uirile an muliebre an neutrum sit, ut doctus docta doctum; multitudinem, unum an plura significet, ut hic hi, haec (hae); casum, utrum recto sit ut Marcus, an obliquo ut Marco, an com(m)uni ut ouis.

46 Essas quatro partes devem ter individualmente três /características/ quanto a gênero, número e caso. A de gênero se o vocábulo for masculino, feminino ou neutro, como *doctus*, *docta* e *doctum*. A de número se o vocábulo indicar singular ou plural, como *hic*, *hi* e *haec*, *hae*. A de caso se o vocábulo for *Marcus* é nominativo, se for *Marco* oblíquo e se for *ouis* é comum⁴⁰.

XXIV- 47 His di(s)cretis partibus singulas perspice, quo facilius nusquam esse analogias quas sequi debeamus uideas. Nempe esse oportebat uocis formas ternas, ut in hoc humanus humana humanum, sed habent quaedam binas, ut ceruus cerua, quaedam singulas, ut aper, et sic multa. Non ergo est in huiusmodi generibus analogia.

XXIV- 47 Nessas partes estabelecidas examina uma a uma para que mais facilmente percebas não existir uma analogia a que devamos seguir. Pois seria preciso haver três formas de um termo, como em *humanus*, *humana*, *humanum*. Mas algumas possuem duas, como *ceruus*, *cerua* e outras uma só, como *aper* (javali). E assim muitas outras /palavras/. Portanto não existe analogia em exemplos desse tipo.

XXV- 48 Et in multitudine ut unum significat pater, plures patres, sic omnia debuerunt esse bina. Sed et singularia solum sunt multa, ut cicer, siser:

⁴⁰ Neste trecho trata-se daquelas palavras que possuem formas idênticas em alguns casos oblíquos. Varrão dá um exemplo de palavras idênticas declinadas em casos diferentes: uma no nominativo e outra no genitivo. Porque então possuem uma forma em comum para designar casos diferentes são classificadas de *communi*.

nemo enim dicit cicera, sisera; et multitudinis sunt, ut salinae (balneae): non enim ab his singulari specie dicitur salina et balnea. Neque ab eo quod dicunt balneum habet multitudinis consuetudo: nam quod est ut praedium balneum, debuerunt esse plura, ut praedia balnea, quod non est: non est ergo in his quoque analogia.

XXV- 48 É em relação à característica de número, como *pater* indica o singular e *patres* o plural, do mesmo modo todos os /vocábulos/ deveriam ter duas formas. Mas tanto muitos deles só têm o singular, como *cicer* (grão de bico), *siser* (cherivia, planta medicinal) – de fato, ninguém diz *cicera* ou *sisera* – quanto outros só o plural, como *salinae* (salinas), *balneae* (banheiros) – de fato, não se flexionam a partir destes as formas no singular *salina* e *balnea*. E nem o uso possui uma forma no plural em relação a isso que denominam *balneum* (sala de banhos). Com efeito, como existem /no singular/ *praedium* (propriedades, bens de raiz) e *balneum*, deveria haver *balnea* no plural, como *praedia* – o que não ocorre. Portanto nestes também não existe analogia.

XXVI- 49 *Alia casus habent et rectos et obliquos, alia rectos solum, alia modo obliquos habent: utrosque ut Iuno, Iunonis, rectos modo ut Iuppiter, Maspiter, obliquos solum ut Iouis, Iouem: non ergo in his est analogia.*

XXVI- 49 Alguns vocábulos têm tanto os casos retos quanto os oblíquos, outros só os retos, e outros só os oblíquos: como *Iuno Iunonis* tem ambos, *Iuppiter* e *Maspiter* só os retos, e *Iouis Iouem* apenas os oblíquos. Portanto nesses vocábulos não existe analogia.

XXVII- 50 *Nunc uideamus in illa quadripertita. Primum si esset analogia in infiniteis articulis, ut est quis quoius, sic diceretur quae quaius; et ut est quis quoi, sic diceretur qua quae: nam est proportione simile: ut deae*

bonae quae, sic dea bona qua est; et ut est quem quis, sic quos ques. Quare quod nunc dicitur qui homines, dici oportuit ques.

XXVII- 50 Agora vejamos em relação àquelas quatro partes do enunciado. Primeiramente, se existisse analogia nos pronomes indefinidos, do mesmo modo que há *quis* (que, qual, quem) e *quouis*, deveria haver *quae* e *quaius*. E também do mesmo modo que se diz *quis* e *quoi* dever-se-ia dizer *qua* e *quae*, pois há semelhança por analogia. Deveria existir *deae bonae quae* do mesmo modo que existe *dea bona qua*. E como há *quem* e *quis*, do mesmo modo deveria haver *quos* e *ques*. Portanto, visto que hoje se diz *qui homines* (aqueles homens), seria conveniente dizer *ques /homines/*.

XXVIII- 51 *Praeterea ut est ab is, (ei), sic ab ea eae diceretur, quod nunc dicitur ei, (et) pronuntiaretur ut in i(e)is uiris, sic e(a)is mulieribus; et ut est in rectis casibus (is) ea, in obliquis esset eius eaius; nunc non modo in uirili sicut in muliebri dicitur eius, sed etiam in neutris articulis, ut eius uiri, eius mulieris, eius pabuli, cum discriminentur in rectis casibus is ea id. De hoc genere parcius tetigi, quod librarios haec sp(i)nosiora indiligentius elaturos putavi.*

XXVIII- 51 Além disso, como há *ei* a partir de *is* (este), do mesmo modo deveria haver *eae* a partir de *ea* (esta) – que hoje se diz *ei*. E também como *eais mulieribus* se deveria pronunciar *ieis uiris*. Como no nominativo há *is* e *ea*, no caso oblíquo /genitivo/ deveria haver *eius* e *eaius*. Hoje *eius* não apenas é masculino e feminino, mas também é neutro, como *eius uiri* (desse homem), *eius mulieris* (dessa mulher), *eius pabuli* (dessa pastagem) – quando no nominativo há distinção entre *is*, *ea* e *id*. Sobre essa categoria me referi mais parcamente porque calculei que a essas coisas mais dificultosas os copistas haveriam de expor mais desmazeladamente.

XXIX- 52 *De nominatibus qui accedunt proxime ad (in)finitam naturam articulorum atque appellantur uocabula, ut homo equus, eorum declinationum genera sunt quattuor: unum nominandi, ut ab equo equile, alterum casuale, ut ab equo equum, tertium augendi, ut ab albo albius, quartum minuendi, ut (a) cista cistula.*

XXIX- 52 Quanto aos nomes que se aproximam da natureza indefinida dos artigos e se chamam *uocabula* (substantivo comum), como *homo* e *equus*, são quatro os tipos de derivação. Primeiro o nominal, como *equile* (estrebaria) de *equus*; segundo o relativo a caso, como *equum* de *equus*; terceiro o aumentativo, como *albius* (mais branco) de *albus*; e quarto o diminutivo, como *cistula* (cestinha) de *cista*.

53 *Primum genus, ut dixi, id est, cum (ab) aliqua parte orationis declinata sunt recto casu uocabula, ut a balneis balneator. Hoc fere triplices habet radices, quod et a uocabulo oritur, ut a uenatore uenabulum, et a nomine, ut a Tibure Tiburs, et a uerbo, ut a currendo cursor. In nullo horum analogiam seruari uidebis.*

53 Esse primeiro tipo, como eu disse, acontece quando os vocábulos no nominativo são derivados a partir de alguma parte do enunciado, como *balneator* (encarregado dos banhos) de *balneae* (banhos). Ele habitualmente possui três origens, pois se forma tanto de um substantivo comum – como *uenabulum* (venábulo) de *uenator* (caçador) –, quanto de um substantivo próprio – como *Tibur* (Tíbur, cidade próxima de Roma) de *tiburs* (tiburte, habitante de Tíbur) – quanto de um verbo – como *cursor* (corredor) de *currere* (correr). Em nenhum deles se percebe a analogia ser seguida.

XXX- 54 *Primum cum dicatur ut ab oue et sue ouile et suile, sic a boue bouile non dicitur; et cum simile sit auis et ouis, neque dicitur ut ab aue*

auiarium (ab oue ouiarium, neque ut) ab oue ouile ab aue auile; et cum debuerit esse ut a cubatione cubiculum sic a sessione sediculum, non est.

XXX- 54 Primeiramente, enquanto se diz *ouile* (curral) e *suile* (chiqueiro) de *ouis* (ovelha) e de *sus* (porco), não se diz *bouile* (bubile, curral) de *bos*; nem *ouiarium* de *ouis* como *auiarium* (viveiro) de *auis*; e nem *auile* de *auis*, como *ouile* de *ouis*. E também enquanto deveria haver *cubiculum* (quarto) a partir de *cubatio* (repouso na cama), como *sediculum* de *sessio* (ação de sentar-se) não há.

55 *Quoniam taberna, ubi uenit uinum, a uino uinaria, a creta cretaria, ab unguento unguentaria dicitur, a(na) lo/gon si essent uocabula, ubi caro uenit, carnaria, ubi pelles, pelliaria, ubi calcei, calcearia diceretur, non laniena ac pellesuina et sutrina. Et sicut est ab uno uni, ab tribus trini, a quattuor quadrini, sic a duobus duini, non bini diceretur; nec non ut quadrigae trigae, sic potius duigae quam bigae. Permulta sunt huiusce generis, quae quoniam admonitus perspicere potest, omitto.*

55 Visto que o armazém onde se oferece vinho se diz *uinaria* (loja de vinhos), a partir de *uinum*; onde se oferece argila *cretaria* (loja de argila), de *creta*; onde se oferece perfume *unguentaria* (loja de perfumes), de *unguentus* – se os vocábulos seguissem a analogia (ana logon) –, onde se oferece carne (*caro*) deveria ser *carnaria*; peles (*pelles*) *PELLIARIA*; sapatos (*calcei*) *calcearia*, e não *laniera* (açougue), *pellesuina* (loja de peles) e *sutrina* (sapataria), respectivamente. Assim como existe *uni* de *unus*; *trini* de *tres*; e *quadrini* de *quattuor*, também deveria existir *duini* de *duo*, e não *bini*. Do mesmo modo que *quadrigae* (carro puxado por quatro cavalos) e *trigae* (carro puxado por três cavalos) deveria existir de preferência *duigae*, não *bigae* (junta de bois ou arado). Desse tipo há inúmeros exemplos. Deixo-os de lado porque, depois de percebidos, é possível examiná/-los/ atentamente.

XXXI- 56 *Vocabula quae ab nominibus oriuntur, si ab similibus nominibus similia esse debent, dicemus, quoniam gemina sunt Parma Roma, (ut) Parmenses (sic Romenses); aut quoniam est similis Roma Nola Parma, dicemus ut Romani Nolani sic Parmani; et a Pergamo, ab Ilio similiter Pergamenus Ilienus; aut ut Ilius et Ilia mas et femina, sic Pergamus et Pergama uir et mulier; et quoniam similia nomina sunt Asia Libya, dicemus Asiaticos et Libyaticos homines.*

XXXI- 56 Esses vocábulos formados de substantivos próprios se devem ser semelhantes a partir de nomes semelhantes, dizemos, como *Parma* e *Roma* são idênticos, *romenses* como *parmenses* (habitantes de Parma). Ou, visto que *Roma*, *Nola* e *Parma* são semelhantes, dizemos *parmani* do mesmo modo que *romani* (habitantes de Roma) e *nolani* (habitantes de Nola). E por semelhança *pergamenus* (habitantes de Pérgamo) e *ilienus* a partir de *Pergamum* e de *Ilius* (Ilo, atual Tróia). Do mesmo modo que há o masculino *Ilius* (o habitante de Tróia) e o feminino *Ilia* (a habitante de Tróia), deveria haver o homem *Pergamus* e a mulher *Pergama*. Também como *Asia* e *Lybia* são nomes semelhantes, dizemos homens *asiaticos* e *libyaticos*.

XXXII- 57 *Quae uocabula dicuntur a uerbis, fiunt ut a scribendo scriptor, a legendo lector, haec quoque non seruare similitudinem licet uidere ex his: cum similiter dicatur ut ab amando amator, ab salutando saluator, (non est) a cantando cantator; et cum dicatur lassus sum metendo ferendo, ex his uocabula non reddunt proportionem, quo(niam) non fit ut messor fertor. Multa sunt item in hac specie in quibus potius consuetudinem sequimur quam rationem uerborum.*

XXXII- 57 Aqueles substantivos comuns formados a partir de verbos resultam como *scriptor* de *scribere* (escrever) e *lector* de *legere* (ler). De

acordo com estes é possível perceber que eles também não seguem a analogia. Enquanto por semelhança existe *amator* (amigo, amador) de *amare* e *saluator* (aquele que cumprimenta) de *salutare*, não existe *cantator* (cantor, músico) de *cantare*. E enquanto se diga *lassum sum metendo ferendo* (fiquei cansado com a colheita e o transporte), conforme esses exemplos os substantivos comuns não se submetem à analogia, porque não resultam como *messor* (ceifador) e *fertor* (carregador), de *metere* (ceifar, fazer a colheita) e de *ferre* (transportar). Do mesmo modo, em relação a essa questão há muitos exemplos em que seguimos mais o uso do que a regra das palavras.

58 Praeterea cum sint ab eadem origine uerborum uocabula dissimilia superiorum, quod simul habent casus et tempora, quo uocantur participia, et multa sint contraria ut amo amor, lego legor, ab amo et eiusmodi omnibus uerbis oriuntur praesens et futurum ut amans et amaturus, ab eis uerbis tertium quod debet fingi praeteriti, in lingua Latina reperiri non potest: non ergo est analogia. Sic ab amor legor et eiusmodi uerbis uocabulum eius generis praeteriti te(m)poris fit, ut amatus, neque praesentis et futuri ab his fit.

58 Além disso, existem palavras dessemelhantes da mesma origem dos verbos anteriores porque possuem simultaneamente casos e tempos, portanto se chamam *participia* (particípios). E também muitos verbos são *contraria* (depoentes), como *amo*, *amor* (amizade) e *lego* (ler, escolher), *legor*. De *amo* e de todos os verbos desse tipo se formam /particípios/ de presente e de futuro, como *amans* (aquele que ama) e *amaturus* (que amará). O terceiro tipo de pretérito que deveria resultar desses verbos não pode ser obtido na língua latina. Portanto não existe analogia. Assim como de *amor* e de *legor* e de verbos desse tipo existe o particípio de pretérito, como *amatus*, mas a partir deles não existe o de presente nem o de futuro.

59 *Non est ergo analogia, praesertim cum tantus numerus uocabulorum in eo genere interierit quod dicimus. In his uerbis quae contraria non habent, (ut) loquor et uenor, tamen dicimus loquens et uenans, locuturus (et uenaturus, locutus et uenatus), quod secundum analogias non est, quoniam dicimus loquor et uenor, (non loquo et ueno), unde illa erant superiora; e(o) minus seruantur, quod ex his quae contraria uerba non habent alia efficiunt terna, ut ea quae dixi, alia bina, ut ea quae dicam: currens ambulans, cursurus ambulaturus: tertia enim praeteriti non sunt, ut cursus sum, ambulatus sum.*

59 Portanto não existe analogia, sobretudo quando grande número de vocábulos desse tipo de participípio a que nos referimos se perdeu. Nesses verbos não ocorrem as *contraria* (diátesis), como *loquor* (falo) e *uenor* (caçar). Contudo, dizemos *loquens* (aquele que fala) e *uenans* (aquele que caça), *locuturus* (que falará) e *uenaturus* (que caçará), *locutus* (falou) e *uenatus* (caçou). O que segundo a analogia não existe porque dizemos *loquor* e *uenor* e não *loquo* e *ueno* de onde vêm esses verbos precedentes. Por isso menos se segue a analogia porque daqueles verbos que não possuem *contraria* alguns produzem três participípios, como os que referi, e outros, dois, como estes que refiro agora: *currens* (aquele que corre), *ambulans* (caminhante), *cursurus* (que correrá), *ambulaturus* (que caminhará). Com efeito, não possuem o terceiro tipo de pretérito: *cursus sum* (fui corrido), *ambulatum sum* (fui caminhado).

60 *Ne in his quidem, quae saepius quid fieri ostendunt, seruat analogia: nam ut est a cantando cantitans, ab amando amitans non est et sic multa. Ut in his singularibus, sic in multitudinis: sicut enim cantitantes seditantes non dicuntur.*

60 Na verdade, não se segue a analogia nem nesses /participípios/ que indicam algo ser feito com freqüência. De fato existe *cantitans* (cantante, aquele que canta) de *cantare*, mas não *amitans* de *amare*, assim como muitos

outros. Do mesmo modo que no singular acontece no plural, porque embora haja *cantitantes* não há *seditantes*.

XXXIII- 61 Quoniam est uocabulorum genus quod appellant compositivum et negant conferri id oportere cum simplicibus de quibus adhuc dixi, de compositis separatim dicam. Cum ab tibiis et canendo tibicines dicantur, quaerunt, si analogias sequi oporteat, cur non a cithara et psalterio et pandura dicamus citharicen et sic alia; si ab aede et tuendo (aeditumus dicatur, cur non ab atrio et tuendo) potius atritumus sit quam atriensis; si ab auibus capiendis auceps dicatur, debuisse aiunt a piscibus capiendis ut aucupem sic pisci(cu)pem, dici.

XXXIII- 61 Como existe um tipo de vocábulos a que chamam composto e negam ser necessário colocá-lo em paralelo com os simples a que referi até agora, sobre os compostos tratarei de um modo geral. Como *tibicines* (flautistas) se diz a partir de *tibia* (flauta) e de *canere* (cantar) perguntam se a analogia deva ser seguida, porque não dizemos *citharicen* a partir de *cithara* (cítara, lira), de *psalterium* (espécie de harpa) e de *pandura* (alaúde de três cordas), assim como outros exemplos. Se a partir de *aedes* (templo) e de *tueri* (conservar) se diz *aeditumus* (vigia de templo), por que não existe *atritumus* de *atrium* (pátio) e de *tueri* melhor que *atriensis* (escravo que vigia o pátio)? Se de *avis* e de *capere* (capturar) se diz *auceps* (passarinheiro) – dizem eles –, do mesmo modo se estaria obrigado a dizer *pisciceps*, de *piscis* (peixe) e de *capere*, como *auceps*.

62 Ubi lauetur aes aerarias, non aerelauinas nominari; et ubi fodiatur argentum argentifodinas dici, neque (ubi) fodiatur ferrum ferrifodinas; qui lapides caedunt lapicidas, qui ligna, lignicidas non dici; neque ut aurificem sic argentificem; non doctum dici indoctum, non salsum insulsum. Sic ab hoc quoque fonte quae profluant, (analogiam non seruare) animaduertere est facile.

62 O lugar onde se depura bronze (*aes*) se deveria denominar *aerariae* (oficina onde se trabalha com bronze), não *aerelauinae*. E *argentifodinas* (minas de prata) é o nome de onde se extrai prata (*argentum*), mas não se chama *ferrifodinas* o lugar de que se extrai ferro (*ferrum*). *Lapicidae* são aqueles que quebram pedras (*lapis*), mas os que cortam madeira (*ligna*) não são *lignicidae*. Do mesmo modo não se diz *argentifex*, como *aurifex* (ourives). A um homem não-douto se diz *indoctus*, um não-talentoso *insulsus*. Assim é fácil observar que os vocábulos derivados dessa fonte também não seguem a analogia.

XXXIV- 63 *Reliquitur de casibus, in quo Aristarchei suos contendunt nervos. XXXV- Primum si in his esset analogia, dicunt debuisse omnis nominatus et articulos habere totidem casus: nunc alios habere unum solum, ut litteras singulas omnes, alios tris, ut praedium praedii praedio, alios quattuor, ut mel mellis melli melle, alios quinque, ut quintus quinti quinto quintum quinte, alios sex, ut unus unius uni unum une uno: non esse ergo in casibus analogias.*

XXXIV- 63 Falta referir sobre os casos. Em relação a isso os aristarquistas⁴¹ dirigem suas forças. XXXV- Em primeiro lugar se neles existisse analogia dizem que todos os nomes e pronomes deveriam possuir igual número de casos. Hoje alguns possuem apenas um, como todos os que /designam/ cada uma das letras. Alguns, três – como *praedium* (propriedade), *praedii*, *praedio*. Outros, quatro – como *mel*, *mellis*, *melli*, *melle*. Outros, cinco – como *quintus*, *quinti*, *quinto*, *quintum*, *quinte*. E outros, seis – como *unus*, *unius*, *uni*, *unum*, *une*, *uno*. Portanto em relação aos casos não existe analogia.

XXXVI- 64 *Secundo quod Crates, cur quae singulos habent casus, ut litterae Graecae, non dicantur alpha alphi alphas, si idem mihi*

⁴¹ Conforme Neves (1987, p. 111-113), Aristarco (215-145 a.C.) possui edições críticas e comentários sobre escritores de sua época, entre eles Homero.

respondebitur quod Crateti, non esse uocabula nostra, sed penitus barbara, quaeram, cur idem nostra nomina et Persarum et ceterorum quos uocant barbaros cum casibus dica(n)t.

XXXVI- 64 Em segundo lugar o que Crates /pergunta/ – por que esses vocábulos que possuem um único caso, como as letras gregas, não se flexionam /como/ *alpha* (alfa, primeira letra do alfabeto grego), *alphati*, *alphatos* – se para mim for respondido a mesma coisa que para ele – não seriam vocábulos nossos, mas totalmente bárbaros⁴² –, perguntarei eu próprio por que eles pronunciam os nossos nomes, os dos persas e os de outros povos a que chamam bárbaros por meio dos casos.

65 Quare si essent in analogia, aut ut Poenicum et Aegyptiorum uocabula singulis casibus dicerent, aut pluribus ut Gallorum ac ceterorum; nam dicunt alauda alaudas et sic alia. Sin quod scribunt dicent, quod Poenicum si(n)t, singulis casibus ideo eas litteras Graecas nominari: sic Graeci nostra senis casibus non quinis dicere debebant; quod cum non faciunt, non est analogia.

65 Portanto se fossem concernentes em relação à analogia, ou determinariam vocábulos de um único caso, como os dos púnicos e os dos egípcios, ou de diferentes casos, como os dos gauleses e de outros. De fato eles dizem *alauda* (cotovia) e *alaudas*, assim como outros. Mas se os gregos disserem – como escrevem – que as letras gregas são designadas em um só caso porque elas provenham dos púnicos então deveriam flexionar vocábulos nossos em seis casos, não em cinco. Como não o fazem, não existe analogia.

⁴² Todas as palavras ou expressões pronunciadas fora do modelo de linguagem correta e recomendável – o helenismo para os gregos e a *latinitas* para os romanos – eram excluídas e denominadas de bárbaras. Bárbara seria então toda linguagem não-grega – inclusive os dialetos (Neves, 1987, p. 98).

XXXVII- 66 *Quae si esset, negant ullum casum duobus modis debuisse dici; quod fit contra. Nam sine reprehensione uulgo alii dicunt in singulari hac oui et aui, alii hac oue et aue; in multitudinis hae puppis restis et hae puppes restes; item quod in patrico casu hoc genus dispariliter dicuntur ciuitatum parentum et ciuitatum parentium, in accusandi hos montes fontes et hos montis fontis.*

XXXVII- 66 Se esta existisse, afirmam os aristarquistas, nenhum caso deveria ser declinado em duas maneiras. Pelo contrário, isso acontece. Hoje por toda parte sem repreensão uns dizem no singular *hac oui* e *hac aui* e outros *hac oue* e *hac aue*; no plural *hae puppis* (estas embarcações), *hae restis* (estas cordas) e *hae puppes*, *hae restes*. Porque no caso genitivo dizem esse tipo de /vocábulo/ de forma desigual, como *ciuitatum*, *parentum* e *ciuitatum*, *parentium*, igualmente no acusativo dizem *hos montes*, *hos fontes* e *hos montis*, *hos fontis*.

XXXVIII- 67 *Item cum, si sit analogia, debeant ab similibus uerbis similiter declinatis similia fieri et id non fieri ostendi possit, despiciendam eam esse rationem. Atqui ostenditur: nam qui potest similius esse quam gens, mens, dens? Cum horum casus patricus et accusatiuus in multitudine sint dispariles: nam a primo fit gentium et gentis, utrobique ut sit (I), ab secundo mentium et mentes, ut in priore solo sit I, ab tertio dentum et dentes, ut in neutro sit.*

XXXVIII- 67 Do mesmo modo como /afirmam os aristarquistas/ a partir de palavras semelhantes, declinadas de forma semelhante, deveriam ser gerados vocábulos semelhantes se existisse analogia. E como isso se possa mostrar não ocorrer, essa regra há de ser desprezada. Não obstante, mostra-se. De fato o que pode ser mais semelhante do que *gens* (raça, nação), *mens* (espírito, razão, inteligência, mente) e *dens* (dente) quando o genitivo e o acusativo deles no plural sejam desiguais? Com efeito, no primeiro resulta *gentium* e *gentis* e em

ambos permanece o *-i*; no segundo *mentium* e *mentes*, com *-i* só no genitivo; no terceiro *dentum* e *dentes* e em nenhum aparece o *-i*.

68 *Sic item quoniam simile est recto casu surus lupus lepus, rogant, quor non dicatur proportione suro lupo lepo. Sin respondeatur similia non esse quod ea uocemus dissimiliter sure lupe lepus (sic enim respondere uoluit Aristarchus Crateti: nam cum scripsisset similia esse Philomedes Heraclides Melicertes, dixit non esse similia: in uocando enim cum (E) breui dici Philomede(s), cum E longo Heraclide, cum (A) breui Melicerta), in hoc dicunt Aristarchum non intellexisse quod quaeretur se non soluere.*

68 Assim como igualmente há semelhança entre *surus* (estaca), *lupus* (lobo) e *lepus* (lebre) no nominativo, os aristarquistas perguntam por que não se diga *suro*, *lupo* e *lepo* por analogia. Porém se for respondido que não haja semelhança porque no vocativo dizemos *sure*, *lupe* e *lepus* de modo dessemelhante (assim, pois, Aristarco quis responder a Crates: de fato como /este/ tenha escrito haver semelhança entre *Philomedes*, *Heraclides* e *Melicertes* Aristarco disse não serem semelhantes porque no vocativo *Philomedes* se pronuncia com *-e* breve, *Heraclide* com *-e* longo e *Melicerta* com *-a* breve), dizem que Aristarco não compreendeu que em relação a isso se exigia não explicar.

69 *Sic enim, ut quicque in obliquis casibus discrepauit, dicere potuit propter eam rem rectos casus non esse similis; quom quaeratur duo inter se similia sint necne, non debere extrinsecus adsum(i) cur similia sint.*

69 Como pois cada um divergiu em relação aos casos oblíquos, ele (Crates) pôde afirmar não haver semelhança entre os nominativos com respeito a essa questão. Quando se pergunte se duas coisas sejam ou não semelhantes

entre si para /saber/ por que sejam semelhantes não deveriam se apoiar em algo de fora.

70 Item si esset analogia, similiter ut dicunt aues oues sues, dicerent item auium ouium suium. Si analogia est, inquit, cur populus dicit Dei Penates, Dei Consentes, cum sit ut hic reus fer(re)us deus, sic hei re(e)i fer(re)ei de(e)i?

70 Igualmente, se existisse analogia, quando dizem de modo semelhante *aues*, *oues* e *sues* também diriam *auium*, *ouium* e *suium*. Se existe analogia, pergunta ele, por que o povo diz *Dei Penates* (deuses Penates) e *Dei Consentes* (os doze deuses de primeira ordem) quando haja as formas *hei reei*, *ferreei* e *dees*, plural de *hic reus* (este réu), *ferreus* (férreo) e *deus* (deus)?

71 Item quaerunt, si sit analogia, cur appellant omnes aedem Deum Consentium et non Deorum Consentium? Item quor dicatur mille denarium, non mille denariorum? Est enim hoc uocabulum figura ut Vatinius, Manilius, denarius: debet igitur dici ut Uatiniorum Maniliorum denariorum; et non equum puplicum mille assarium esse, sed mille assariorum: ab uno enim assario multi assarii, ab eo assariorum.

71 E perguntam também: se existisse analogia por que o templo *Deum Consentium* é assim chamado por todos e não *Deorum Consentium*? Do mesmo modo, por que dizer *mille denarium* (de mil moedas de cobre) e não *mille denariorum*? Com efeito, esse vocábulo *denarium* tem a mesma forma de *Vatinius* e *Manilius*. Por conseguinte deve ser dito *denariorum*, como *Vatiniorum* e *Maniliorum*. E não se deve dizer *equum mille assarium* (cavalo de mil asses), mas *mille assariorum*, pois muitos assários (*assarii*) provêm de um único assário (*assarius*) – daí *assariorum*.

72 *Item secundum illorum rationem debemus secundis syllabis longis Hectorem Nestorem: est enim ut quaestor praetor Nestor quaestorem praetorem Nestorem, quaestoris praetoris Nestoris; et non debuit dici quibus das, his das: est enim ut hi qui his quis, a(u)t sicut quibus hibus.*

72 Do mesmo modo, segundo a regra deles, devemos dizer *Hectorem* e *Nestorem* com a segunda sílaba longa. É de fato como *quaestor* (questor, juiz), *praetor* (pretor, comandante, general) e *Nestor*, *quaestorem*, *praetorem* e *Nestorem*, *quaestoris*, *praetoris* e *Nestoris*. Também não deviam existir os dativos *quibus* e *his*, pois se há *hi* (estes) e *qui* (aqueles) no nominativo deveria ser *his* e *quis* no dativo. Nem deveria haver *hibus* /por analogia a/ *quibus*.

73 *Cum dicatur da patri familias, si analogias sequi uellent, non debuerunt dicere hic pater familias, quod est ut Atinae Catinae familiae, sic una Atinia Catinia familia. Item plures patres familias dicere non debuerunt, sed, ut Sisenna scribit, patres familiarum.*

73 Como seja dito no dativo *patri familias*, se quisessem seguir a analogia não deveriam pronunciar *pater familias* porque do mesmo modo que *Atinae familiae* e *Catinae familiae* também dizemos *Atinia familia* e *Catinia familia*. Igualmente não deveria haver o plural *patres familias*, mas – como escreve Sisenna⁴³ – *patres familiarum*.

74 *Neque oportebat consuetudinem natare alios dicere boum greges, alios bouerum, et signa alios Ioum, alios Iouerum, cum esset ut Iouis bouis struis et Iouem bouem struem Ioui boui strui; nec cum haec conuenirent in obliquis casibus, dubitare debuerunt in rectis, in quibus nunc in consuetudine aliter dicere, pro Ious Iuppiter, pro b(o)us bos, pro strus strues.*

74 E não era necessário o uso oscilar – uns dizem *boum greges* (manadas de bois) e outros *bouerum greges* e as estátuas uns dizem *Ioum* e outros *Iouerum*, quando existam *Iouis*, *bouis*, *struis*; *Iouem*, *bouem*, *struem*; *Ioui*, *boui*, *strui*. E não deveriam ter dúvidas no nominativo quando estas se encontrem nos casos oblíquos, em relação aos quais hoje no uso dizem de outro modo: *Iuppiter* em vez de *Ious*, *bos* em vez de *bous*, *strues* em vez de *strus*.

XXXIX- 75 *Deinceps dicam de altero genere uocabulorum, in quo contentiones fiunt, ut album albius albissimum, in quo it(em) analogias non seruari apparet: nam cum sit simile salsum caldum et dicatur ab his salsius caldius, salsissimum caldissimum, debuit dici, quoniam simile est bonum malum, ab his bonius et malius, bonissimum et malissimum. Nonne dicitur bonum melius optimum, (malum peius pessimum)?*

XXXIX- 75 Em seguida tratarei sobre outro tipo de vocábulos no qual existem graus de comparação, como *album*, *albius* (mais branco) e *albissimum*. Em relação a ele a analogia igualmente parece não ser seguida. De fato, como haja semelhança entre *salsum* (salgado) e *caldum* (quente) e a partir deles se diga *salsius*, *caldius* e *salsissimum*, *caldissimum* deviam ser ditos *bonius*, *malius* e *bonissimum*, *malissimum* a partir de *bonum* e de *malum* visto que haja semelhança. Acaso não se diz *bonum*, *melius*, *optimum* e *malum*, *peius*, *pessimum*?

76 *In aliis uerbis nihil (de)est, ut dulcis dulcior dulcissimus, in aliis primum, ut peium (a) peius pessimum, in aliis medium, ut caesior (a) caesius caesi(s)sumus, in aliis bina sunt quae (de)sint ab eadem uoce declinata, et ea ita ut alias desint secundum et tertium, ut in hoc mane manius manissime, alias*

⁴³ Lucio Cornélio Sisenna (91-78 a.C.) é historiador, autor da história sobre os tempos de Sila. Salústio, para compor o seu *Bellum Iugurthinum*, dispôs de alguns testemunhos que haviam

ut duo prima absint, ut ab optimum optius optum, alias ut primum et tertium desit, ut a melius melum melissimum.

76 Em algumas palavras não falta nenhum grau de comparação, como *dulcis* (doce, agradável), *dulcior*, *dulcissimus*. Em outras o primeiro grau, como *peium*, *pessimum* – de *peius*. Em outras, o do meio, como *caesior* (esverdeado) e *caesissimus* de *caesius*. Em outras faltam dois graus a partir do mesmo termo derivado. E a estas, como a outras, faltam o segundo e o terceiro, como *mane* (manhã), *manius* e *manissime*. A algumas não são convenientes os dois primeiros, como *optius* e *optum* de *optimum*. A outras faltam o primeiro e o terceiro, como *melum* e *melissimum* de *melius*.

77 Praeterea si dicerentur similiter, cum similia essent (m)acer tener et macerrimus tenerrimus, non discreparet in his macrior tenerior, neque alia trisyllaba (alia quadrisyllaba) fierent; et si in his dominaretur similitudo, diceremus ut candidissimus candidissima, pauperrimus pauperrima, sic candidus candida, pauper paupera; et ut dicimus doctus docta, doctissimus doctissima, sic diceremus frugalissimus frugalissima, frug(al)us et frug(al)a.

77 Além disso, se se dissesse de modo semelhante, como haja semelhança entre *macer* (magro), *tener* (tenro) e *macerrimus*, *tenerrimus* não haveria discrepância em relação a *macrior* e *tenerior* e nem um se tornaria trissílabo e outro quadrisílabo. Se nesses vocábulos dominasse a semelhança da mesma forma que *candidissimus*, *candidissima* e *pauperrimus*, *pauperrima* diríamos *candidus* e *candida*, *pauper* e *paupera*. E como *doctus*, *docta* e *doctissimus*, *doctissima*, também diríamos *frugalissimus*, *frugalissima* e *frugalus*, *frugala*.

78 Et si proportione esse(nt) uerba, ut uno uocabulo dicimus uirum et mulierem sapientem et diligentem et sapientiore[m] et diligentiore[m], sic diceremus item, cum peruenissemus ad summum, quod nunc facimus aliter: nam uirum dicimus sap(i)entissimum et diligentissimum, feminam sapientissimam et diligentissimam. Quod ad uocabulorum huius generis exempla pertinet, multa sunt reliqua; sed ea quae dicta, ad iudicandum satis sunt, quor analogias in collatione uerborum sequi non debeamus.

78 E se as palavras existissem por analogia, visto que com um único vocábulo definimos tanto homem quanto mulher de *sapiens* e *diligens*, de *sapientior* e *diligentior* assim igualmente definiríamos quando atingíssemos o último grau de comparação – o que hoje fazemos de outro modo. De fato, dizemos homem *sapientissimus* e *diligentissimus*, mulher *sapientissima* e *diligentissima*. No que se refere a exemplos de vocábulos desse tipo, há muitos mais. Mas estes referidos são suficientes para avaliar por que não devemos seguir a analogia em relação a grau de comparação de palavras.

XL- 79 Magnitudinis uocabula cum possint esse terna, ut cista cistula cistella, in (aliis) media non sunt, ut in his macer macricolus macellus, niger nigricolus nigellus. Item minima in quibusdam non sunt, ut auis auicula au(i)cella, caput capitulum capitellum. In hoc genere uocabulorum quoniam multa desunt, dicendum est non esse in eo potius sequendam quam consuetudinem rationem. Quod ad uocabulorum genera quattuor pertinet, ut in hoc potius consuetudinem quam analogias dominari facile animaduerti possit, dictum est.

XL- 79 Os vocábulos de dimensão, como possam ter três formas – *cista* (cesta), *cistulla* e *cistella*, para outros não há a forma do meio, como em *macer*, *macellus* e *macricolus* e em *niger*, *nigellus* e *nigricolus*. Igualmente, não há o grau mínimo em alguns vocábulos, como em *auis*, *auicula* e *auicella* e em

caput, capitulum e capitellum. Em relação a esse tipo de vocábulos, como faltam muitas formas, há de se dizer que o uso deve ser observado mais do que a regra. Está dito o que se refere a esses quatro tipos de vocábulos, porque em relação a isso facilmente possa ser observado o uso dominar mais do que a analogia.

XLI- 80 Sequitur de nominibus, quae differunt a uocabulis ideo quod sunt finita ac significant res proprias, ut Paris Helena, cum uocabula sint infinita ac res com(m)unis designent, ut uir mulier; e quibus sunt alia nomina ab nominibus, ut Ilium ab Ilo et Ilia ab Ilio, alia a uocabulo, ut ab albo Albius, ab atro Atrius. In neutris seruata est analogia: nam et cum sit a Romulo Roma, proportione non est quod debuit esse (Romula, non Roma).

XLI- 80 Resta falar sobre os nomes que se distinguem dos substantivos comuns porque são definidos e indicam coisas permanentes, como *Paris e Helena*. Já os substantivos comuns são indefinidos e designam coisas comuns, como *uir e mulier*. Deles alguns são substantivos próprios gerados de substantivos próprios, como *Ilium* de *Ilus* e *Ilia* de *Ilium*. Outros, gerados de substantivo comum, como *Albius* de *albus* e *Atrius* de *ater*. Em nenhum deles é seguida a analogia. De fato, quando se forma *Roma* a partir de *Romulus* não ocorre por analogia, pois deveria ser *Romula* e não *Roma*.

81 (Item Perpenna debuit esse) Perpenni filia, non Perpennae (filius. Nam) Perpenna mulieris nomen esse debuit et nata esse a Perpenno, quod est ut Aruernus Percelnus Perpennus, Aruerna Percelna Perpenna. Quod si Marcus Perpenna uirile est nomen et analogia sequenda, Lucius Aelia et Quintus Mucia uirilia nomina esse debebunt; item quae dicunt ab Rhodo, Andro, Cyzico Rhodius, (Andrius), Cyzicenus, similiter Cyzicius dici (debebat), et ciuis unus quisque: non ut Athenaeus dicitur rhetor nomine, etsi non sit Atheniensis.

81 Do mesmo modo, *Perpenna* devia ser a filha de *Perpennus* não o filho de *Perpenna*. Pois *Perpenna* devia ser nome de mulher e ser gerado a partir de *Perpennus*, como *Arvernus*, *Perclnus*, *Perpennus* e *Arverna*, *Perclna*, *Perpenna*. Porque se *Marcus Perpenna* é nome masculino e a analogia fosse seguida, também *Lucius Aelia* e *Quintus Macia* deviam ser nomes masculinos. Igualmente, como dizem *Rhodius*, *Andrius* e *Cyzicenus* a partir de *Rhodus*, *Andros* e *Cyzicus* semelhantemente devia ser dito *Cyzicius*. E todo e qualquer nome de cidade. Não quando um retor se pronuncie pelo nome *Athenaeus* mesmo que não seja ateniense.

82 *In hoc ipso analogia non est, quod alii nomina habent ab oppidis, alii aut non habent aut non ut debent habent.*

82 Em relação a esse mesmo /exemplo/ não existe analogia porque uns têm nomes de cidades, outros ou não têm ou têm não como devem.

83 *Habent plerique libertini a municipio manumissi, in quo, ut societatum et fanorum serui, non seruarunt proportione rationem, et Romanorum liberti debuerunt dici ut a Faventia Faventinus, ab Reate Reatinus sic a Roma Romanus, ut nominentur libertini orti (a) publicis seruis Romani, qui manumissi ante quam sub magistratu(u)m nomina, qui eos liberarunt, succedere c(o)eperunt.*

83 Quase todos os escravos alforriados possuem o nome do município em que foram libertados. Em relação a isso, como os servos das associações e dos templos não seguiram a regra por analogia, também os escravos libertados dos romanos deveriam ser chamados de *Romanus* a partir de *Roma*, *Faentinus* de *Faentia* e *Reatinus* de *Reate*, para que os nascidos alforriados recebam os nomes romanos dos servos públicos que foram postos em liberdade antes que

os nomes em consequência do magistrado que os libertou começassem a se verificar.

84 Hinc quoque illa nomina Lesas, Ufenas, Carrinas, Maecenas, quae cum essent ab loco ut Urbinas, et tamen Urbin(i)us, ab his debuerunt dici ad nostrorum nominum (similitudinem Lesius Ufenius Carrinius Maecenius) [...]

84 Daqui também aqueles nomes *Lesas, Ufenas, Carrinas* e *Maecenas* que, como proviessem do nome de um lugar como *Urbinas* – não obstante também *Urbinus* –, a partir desses ser ditos conforme a semelhança com nossos nomes *Lesius, Ufenius, Carrinius* e *Maecenius* [...]

COMENTÁRIOS

No livro VIII do *DLL* Varrão trata de dois temas principais – derivação, declinação e flexão das palavras e partes do enunciado – para desenvolver sua proposta inicial de apresentar argumentos contrários à analogia. Para tanto ele divide o livro em nove partes:

- de I-1 até IX-23 – exposição de por que, para que e de maneira as palavras são derivadas, declinadas e flexionadas na fala;

- de X-25 até XXII-43 – apresentação de argumentos contra a analogia no geral;

- de XXIII-44 até XXIII-46 – exposição teórica sobre as partes do enunciado;

- de XXIV-47 até XXIX-52 – indicação de por que não existe analogia nos processos de derivação, declinação e flexão de cada parte do enunciado;

- de XXIX-53 até XXXII-57 – indicação de por que não existe analogia no uso dos processos de derivação, declinação e flexão das palavras;

- de XXXII-58 até XXXII-60 – indicação de por que não existe analogia na flexão dos verbos depoentes e dos participípios;

- XXXIII-61-62 – indicação de por que não existe analogia na derivação das palavras compostas;

- de XXXIV-63 até XXXVIII-74 – indicação de por que não existe analogia na flexão dos casos;

- de XXXIV-75 até XL-79 – indicação de por que não existe analogia na flexão dos graus de adjetivo;

- XLI-80-84 – indicação de por que não existe analogia no uso de substantivo próprio e de substantivo comum.

No desenvolvimento do primeiro tema pode-se perceber inicialmente que pelo fato de admitir haver anomalias na linguagem – pois argumenta contra

a analogia – Varrão indica a existência de diferenças no uso dos processos de derivação, declinação e flexão em detrimento das regras prescritas para tais processos. Fato comprovado pelo próprio Varrão em II-7 quando afirma *uoluis(se) enim putant(ur) singularis res notare, ut ex his in multitudine(m) declinaretur* (imagina-se terem pretendido dar nome às coisas no singular para que deles se flexionasse no plural) – mas, continua ele – *una(e) et (binae) dicuntur scopae, et mas et femina aquila, et recto et obliquo uocabulo uis* (*scopae* são ditas tanto *unae* quanto *binae*, *aquila* é tanto masculino quanto feminino, *uis* é tanto nominativo quanto genitivo). No primeiro e no segundo exemplos trata-se de uma questão morfológica com relação a gênero e número, confundidos no uso. Já o terceiro exemplo indica uma questão de sintaxe porque diz respeito a desinências iguais para casos diferentes. Contudo Varrão ainda só faz menção a casos oblíquos, que deveriam ser gerados a partir do nominativo seguindo um determinado paradigma e não se refere exatamente à sintaxe.

Em relação à dicotomia entre analogia e anomalia Varrão coloca em seu centro a correspondência entre a palavra e a coisa – entre significante e significado – ao perguntar em XXI-40 *uerbum utrum dicant uocem quae ex syllabis est ficta, eam quam audimus, an quod ea significat, quam intellegimus, an utrumque* (que coisas eles afirmam /ser/ uma palavra? O ruído produzido pelas sílabas, ao qual ouvimos? Ou o que revela esse ruído que reconhecemos? Ou ambas as coisas?). Claro, essas perguntas são feitas para argumentar contra a analogia. Não é interesse dele tratar dessa questão especificamente. Ele está pensando em relação às palavras homônimas, pois para ele quando os ruídos são iguais – isto é, quando palavras são foneticamente idênticas – há diferenças em relação ao que revelam esses ruídos que são reconhecidos. E exemplifica com as palavras *Perpenna* e *Alfena*. Elas não são idênticas, apenas a primeira é nome de homem e a segunda de mulher, mas para Varrão pela coincidência de desinência elas deveriam ser do mesmo gênero por analogia. (Em XVIII-36 Varrão traz um exemplo que caberia muito bem em relação a essa questão.

Trata-se de *luam* que se refere ao caso oblíquo acusativo, dado pela desinência *-m*, declinado a partir do substantivo comum *lua*, ou à primeira pessoa do singular do presente do subjuntivo *luam* como flexão do verbo *luere*; ver nota 36, p. 46).

Perpenna e *Alfena* à primeira vista podem parecer exemplos não apropriados à questão significante/significado, mas são perfeitos para Varrão comprovar o seu ponto de vista segundo o qual, *ut propago omnis natura secunda, quod prius illud rectum, unde ea, sic declinata: itaque declinatur in uerbis* (do mesmo modo que toda forma derivada é, por natureza, secundária – porque antes vem aquela forma reta donde ela se originou –, assim se declina nas palavras).

Os processos de derivação, declinação e flexão de palavras deveriam seguir essa lei básica se a analogia existisse. Mas por esses exemplos apresentados percebe-se que Varrão põe em relevo a existência de uma *deriuatio uoluntarium* e uma *deriuatio naturale*. Em relação a isso, segundo ele próprio, no processo de formação de palavras as duas deveriam ser utilizadas porque em ambas há exemplos de analogia e de anomalia.

Para explicar a derivação voluntária Varrão cita como exemplo (em IX-21) o fato de três escravos comprados cada um por uma pessoa diferente receberem nomes diferentes por um motivo também diferente. O primeiro, *Artemas*, a partir de *Artemidorus* o nome de quem o vendeu. O segundo, *Iona*, do nome da região em que foi comprado. E o terceiro, *Ephesius*, por ser de Éfeso (*sic tres cum emerunt Ephesi singulos seruos, nonnunquam alius declinat nomen ab eo qui uendit Artemidorus, atque Artemam appellat, alius a regione quod ibi emit, ab Ion(i)a Iona, alius quod Ephesi Ephesium, sic alius ab alia aliqua re, ut uisum est*). Ou seja, cada pessoa tem livre-arbítrio para dar um nome a uma coisa ou pessoa. E a derivação natural para ele (em IX-22) é *quae non a singulorum oritur uoluntate, sed a com(m)uni consensu* (aquele nome derivado não em razão do livre-arbítrio de cada um, mas em razão do consenso

comum), a partir da qual todos flexionariam para os casos oblíquos e assim falariam da mesma forma.

Pode-se deduzir daí que a linguagem teria de ser natural na sua origem porque, segundo Diógenes Laércio (X,75-76), *apud* Neves (1987, p. 89-90), “os nomes não foram estabelecidos por convenção na origem, foi a natureza humana que fez sair da garganta o ar impulsionado em cada apreensão ou em cada percepção (...) para evitar as confusões na designação dos objetos e para permitir às pessoas uma expressão mais breve e menos ambígua. Quem introduzia a noção de coisas até então desconhecidas fornecia as palavras para designá-las e os outros aprendiam essas palavras”.

É o que exatamente afirma Varrão em II-6 *qua enim ratione in uno uocabulo declinare didiceris, in infinito numero nominum uti possis: itaque nouis nominibus allatis (in) consuetudinem sine dubitatione eorum declinatus statim omnis dicit populus* (com efeito, já que se aprende a declinar pela regra de uma única palavra pode-se usar esse aprendizado para um número infinito de nomes. E assim, sendo produzidos novos nomes para a fala habitual, sem dúvida a flexão deles todo o povo entende sem demora).

Acreditar nesse princípio de a linguagem ser natural na sua origem significa uma procura deliberada de conferir-lhe justeza – pois a linguagem correta é aquela que está de acordo com a natureza. Varrão examina tal justeza não apenas teoricamente – como fez nesta primeira parte de seu livro VIII – mas também praticamente ao examinar a existência de analogia entre as formas usadas e as consideradas corretas.

Esse fato pode ser comprovado quando Varrão em seu livro X (III-53), dedicado à exposição do que seria a verdadeira analogia, como já se disse aqui, afirma: *qui initia faciet analogiae impositiones, ab his obliquas figuras declinare debet; qui naturam, contra; qui ab utraque, reliquas declinationes ab eiusmodi transitibus. Impositio est in nostro dominatu, nos in naturae: quemadmodum enim quisque uolt, imponit nomen, at declinat, quemadmodum uolt natura* (quem na aplicação de nomes se atenha aos princípios da analogia

deverá declinar as formas oblíquas a partir desse nome aplicado. Quem se atenha aos princípios da natureza declinará ao contrário. Quem se atenha aos princípios de ambas estabelecerá outras derivações a partir de derivações desse mesmo tipo. A aplicação de nomes está em nosso domínio e nós /no domínio/ da natureza, pois cada um gera um nome como quer, mas o flexiona como quer a natureza).

Na verdade, com isso Varrão indica – ao buscar argumentos contra a analogia no livro VIII e contra a anomalia no livro IX – que tanto uma quanto outra possuem aspectos que devem ser respeitados, conforme sua afirmação (em IX-23): *cum, ut ego arbitror, utrumque sit nobis sequendum, quod (in) declinatione uoluntaria sit anomalia, in naturali magis analogia* (no meu entender, ambas deveriam ser adotadas porque na derivação voluntária ocorra a anomalia e na natural, com mais frequência, a analogia). Mais uma vez isso se comprova em X-III-51: *analogia fundamenta habet aut a voluntate hominum aut a natura verborum aut a re utraque* (a analogia tem fundamento ou na vontade dos homens ou na natureza das palavras ou em ambas as coisas).

Pode-se deduzir então ser esta a verdadeira analogia a que Varrão se propôs comprovar existir.

Com relação à analogia, ou à anomalia, Dionísio Trácio não faz menção – pelo menos não diretamente. Segundo Neves (1987, p. 115), “ele se prendeu à analogia das formas sonoras, rejeitando o uso comum, especialmente na acentuação das palavras”, mesmo porque sua *Ars Grammatica* “é um tratado breve e metódico de doutrina gramatical”.

Dionísio Trácio ao expor aí sobre as partes do enunciado – naquelas chamadas por Varrão de férteis: nome, artigo, pronome, adjetivo – a elas se refere de maneira clara e objetiva, como afirma que deva ocorrer em relação às regras gramaticais o mesmo Varrão (em II-6), pois a elas *opus est paucis praeceptis quae sunt breuia* (são necessários poucos preceitos, que são breves).

Nome para Dionísio Trácio (em § 12) é *meroj logou ptwtikou, swma h pragma shmainon (...)* *parepetai de tw onomatipente genh, eidh, sxhmata, ariqmoi,*

ptwseij (a parte do enunciado declinável em casos que indica um corpo ou uma ação (...) que podem ser definida em gênero, espécie, figura, número, casos). Artigo (em § 16), *meroj logou ptwtikon, protassomenon kai upotassomenon thj klisewj tw n onomatwn* (a parte do enunciado declinável que se coloca antes e depois da declinação de nomes). Pronome (em § 17), *leci j anti onomatoj paralambanomenh, proswpwn wrismenwn dhlwtikh* (a palavra usada no lugar do nome indicativa de referência pessoal definida), *parepetai (...)* *ec proswpa, genh, ariqmoi, ptwseij, sxhmata, eidh* (que pode ser definida em pessoa, gênero, número, casos, figura e tipos).

Por essa definição nota-se de pronto a noção de declinação. Cada uma delas é considerada *ptwtikou* (declinável), portanto possui desinências diferentes para os diferentes casos para indicar sua função dentro do enunciado – embora nada seja dito a esse respeito. Dionísio Trácio apenas indica (*apud* Uhlig, p. 31) que *ptwseij onomatwn eisi pente orqh, genikh, dotikh, aitiatikh, klhtikh* (dos nomes há cinco casos: nominativo, genitivo, dativo, acusativo e vocativo).

A sintaxe já está aí presente mediante essa simples classificação das partes declináveis do enunciado. Certamente ela fez com que gramáticos posteriores a Dionísio Trácio – tanto romanos quanto gregos – voltassem suas atenções para a estrutura funcional do enunciado, como se vê em relação à opinião de Prisciano mais adiante. Mas é no parágrafo dedicado à parte do enunciado chamada por Dionísio Trácio de nome que – além da noção de declinação – aparecem as de processos de derivação e flexão das palavras.

Segundo Dionísio Trácio há dois tipos principais de nome: primitivo e derivado. Só aí já se percebe sua consciência em relação à possibilidade de a partir dessas palavras primitivas – as que primeiro foram aplicadas às coisas – se gerarem outras: as chamadas derivadas. Mesmo porque sua teoria é colocada de maneira simples e clara sem o menor questionamento com relação à sua justeza. São regras que devem ser seguidas apenas.

Para o nome derivado Dionísio Trácio apresenta duas ordens de divisão. A primeira em sete tipos: patronímico, possessivo, comparativo, aumentativo,

diminutivo e verbal. E a segunda em outros 24 tipos: próprio, comum, epíteto (adjetivo), de relação, quase de relação, homônimo, sinônimo, ferônimo, diônimo, epônimo, étnico, interrogativo, indefinido, relativo, coletivo, distributivo, compreensivo, onomatopaico, genérico, específico, ordinal, numeral, absoluto e partitivo. Além dessas duas há ainda a indicação de três figuras de nome – simples, composto e parassintético – à qual Dionísio Trácio faz menção no início do § 12 *parepetai de tw onomatipente genh, eidh, sxhmata, ariqmoi, ptwseij*, o nome (pode se apresentar em cinco condições: gênero, espécies, figura, número e casos), como se disse acima.

Dionísio Trácio nesse § 12 abrange tudo o que podia – até a época em que o redigiu – ser descrito em matéria de processos de derivação, declinação e flexão em relação a nome: graus do adjetivo, deverbais, homonímia, composição, parassíntese, onomatopéia. Além disso, abrange classes de palavras hoje consideradas separadamente: adjetivo, numeral, pronome relativo (anafórico e dêitico).

Em Prisciano a noção de derivação e flexão de palavras também aparece mediante sua definição de nome. Para ele, nome (*IG*, II, V-22, *apud* Keil) é a *pars orationis cum casu corpus aut rem proprie communiterue significans* (parte do enunciado com caso que indica pessoa ou coisa de modo comum ou próprio). Nota-se grande semelhança em relação à definição de Dionísio Trácio.

Prisciano também aponta uma divisão referente a nome muito próxima à de Dionísio Trácio (*apud* Uhlig, p. 25-29). A isso Prisciano explica ter-se baseado em Apolônio Díscolo *quoniam in ante expositis libris de partibus orationis in plerisque Apollonii auctoritatem sumus secuti* (como antes nos livros expostos sobre as partes do enunciado e também na maior parte desses livros seguimos a autoridade de Apolônio Díscolo).

Apesar dessa semelhança Prisciano é muito diferente de Dionísio Trácio ao trazer exemplos em abundância para ilustrar sua exposição. E então pode ser uma indicação de que Prisciano se aproxime um pouco de Varrão em relação a levar em consideração palavras ou expressões do uso habitual da língua. De

modo diferente porque Varrão considera o uso para argumentar contra a analogia e Prisciano para esclarecer mais detalhadamente suas aulas de gramática.

Mas no que se refere às partes do enunciado especificamente Prisciano é o que mais se destaca em comparação a Varrão e a Dionísio Trácio. Isso porque em *Instituições Gramaticais* ele se refere explicitamente à sintaxe (*apud* Keil, livro III) *nunc quoque eiusdem maxime de ordinatione siue constructione distionum quam Graeci suntacín uocant (...) dicemus de oridinatione earum, quae solet fieri ad constructionem orationes perfectae (...) debemus inquirere, quod, quedmadmodum litterae apte coeantes faciunt syllabas et syllabae dictiones, sic et dictiones orationem* (hoje também muitíssimo do mesmo Apolônio seguimos sobre a disposição ou estrutura das palavras a que os gregos chamam sintaxe (...) sobre a disposição delas dizemos que, como de costume, devemos buscar para a estrutura enunciados completos (...), pois do mesmo modo que as letras se unindo formam sílabas, as sílabas formam palavras e as palavras formam um enunciado).

Com isso Prisciano redefine os limites do que se entende por gramática porque sua análise gira em torno dos constituintes do enunciado, conhecidos como classes de palavras. Ele apresenta as letras e as sílabas como elementos usados para formar cada uma das partes do enunciado. Depois examina a combinação das letras numa sílaba, das sílabas numa palavra e das palavras no enunciado numa espécie de hierarquia de um grau inferior (sílabas e letras) a outro superior (o enunciado). Essa percepção do enunciado que contém palavras dispostas a ponto de demonstrar um pensamento completo pode se considerar ter sido um avanço na história da gramática do mundo romano.

Em Varrão observa-se a compreensão de que o enunciado transmite um pensamento ou comunica algo em XI-26 quando diz *omnis oratio cum debeat dirigi ad utilitatem, ad quam tum denique peruenit, si est aperta et breuis, quae petimus, quod obscurus et longi(or) orator est odio; et cum efficiat aperta, ut intellegatur, breuis, ut cito intellegatur, et aperta(m) consuetudo, breuem*

temperantia loquentis (todo discurso, como deva ser concebido para a utilidade, à qual então afinal ele chega se é claro e breve, como determinamos – porque um orador prolixo e difícil de compreender faz perder a paciência – e como fique claro para que se compreenda e breve para que logo se compreenda, para os eloqüentes o costume /torna o discurso/ claro e a moderação, breve). Embora essa compreensão possa ser percebida, Varrão não faz menção ao fato de no enunciado cada uma das palavras possuir funções específicas funcionando em conjunto para emitir um pensamento.

Pode-se observar isso no exemplo citado por ele nesse mesmo parágrafo: *Herculi clauam* e *Herculis clauam*. Trata-se de uma expressão que fora do enunciado não significa muito. Varrão quer comprovar que não existe analogia, pois embora haja duas formas de genitivo para uma única palavra (*Hercules*) ambas são perfeitamente compreensíveis no uso porque são breves e claras. Não há problemas na transmissão da idéia de genitivo. Mas o fato de Varrão afirmar que um enunciado – concebido para o uso, como ele próprio diz – deve ser claro e breve para ser compreensível, por si só pressupõe a idéia que transmite um pensamento.

Portanto a meu ver o livro VIII de Varrão não se refere à morfologia pura e simplesmente, porque ao desenvolver o texto ele esbarra constantemente em problemas de sintaxe mesmo sem citar exemplos de enunciado, apenas de palavras ou expressões. Varrão poderia na sua busca de argumentos contra a analogia tão somente ter tratado dos processos de formação de palavras sem se referir às partes do enunciado. Aí sim seria uma análise meramente morfológica.

Varrão faz descrição de regras em apenas 26 dos 84 parágrafos desse livro. Nos restantes não descuida das regras, como se pode ver, mas o seu objetivo mesmo é – conforme sua proposta inicial – comprovar que elas não são seguidas nem nos processos de formação de palavras e muito menos nas partes do enunciado.

Para Varrão há quatro partes do enunciado, segundo a natureza – leia-se segundo a filosofia estóica – em XIII-44 *in eam quae habet casus et quae habet (tempora et quae habet) neutrum et in qua est utrumque; has uocant quidam appellandi, dicendi, adminiculandi, iungendi* (a que contém os casos; a que contém os tempos; a que não contém nenhum deles; e a que contém ambos; alguns as denominam de nominal, verbal, adverbial e copulativa). (Isso apesar de em IV-11 ter dito haver três partes do enunciado, segundo a opinião de Dião, em detrimento da de Aristóteles para quem havia apenas duas. Esta colocação está aí, a meu ver, apenas para revelar a existência de diferentes divisões em relação às partes do enunciado por parte das tendências filosóficas de então. Mas Varrão acata mesmo a dos estóicos.)

Quatro partes que, desdobradas, se transformam em oito considerando a constituição de tempos e casos em que Varrão se baseia. A primeira chamada nominal contém os casos (substantivo, adjetivo e pronome); a segunda, verbal, contém os tempos (verbo); a terceira, adverbial, não contém nem um nem outro (conjunção, advérbio e preposição); e a quarta, copulativa, contém os dois (particípio). Dessa forma, essa divisão de Varrão torna-se muito próxima à de Dionísio Trácio. Além disso, Varrão apresenta aquelas duas ordens de divisão de palavras classificadas como derivadas que se encontram em Dionísio Trácio. Mas ele não apresenta todas e nem na mesma seqüência. Ressalta-se aqui o fato de em latim não existir artigos e, portanto, a eles Varrão nem faz menção.

Nome para Varrão é a palavra, considerada a partir do enunciado, que pode ser flexionada, isto é, que contém os casos.

Substantivo comum se confunde em certos exemplos com adjetivo. Em XXIX-52, segundo Varrão, os nomes de natureza indefinida próxima à dos pronomes, chamados *uocabula*, podem formar palavras de quatro modos *unum nominandi, ut ab equo equile, alterum casuale, ut ab equo equum, tertium augendi, ut ab albo albius, quartum minuendi, ut (a) cista cistula* (primeiro o nominal, como *equile* (estrebaria) de *equus*; segundo o relativo a caso, como

equum de *equus*; terceiro o aumentativo, como *albius* (mais branco) de *albus*; e quarto o diminutivo, como *cistula* (cestinha) de *cista*).

Adjetivo (em XXXIX-75) para Varrão é *alterum genus uocabulorum* (um outro tipo de vocábulos), ao tratar de graus de comparação: comparativo, aumentativo, diminutivo e superlativo. Em Dionísio Trácio o adjetivo também aparece considerado como nome.

Varrão classifica os pronomes como interrogativos, demonstrativos, relativos e pessoais. São chamados assim porque têm a capacidade de “conectar” uma parte do enunciado a outra ou outras e até a algo fora dele. Isso se pode comprovar pela própria tradução de *pronomem* (em lugar do nome). Do mesmo modo aparece em Dionísio Trácio. Mas este diz claramente dêitico e pronome de correspondência como sinônimos do relativo – como que a reforçar o nome de “conectores” dado por Varrão.

Pronomes pessoais em Varrão são chamados de pessoas verbais que são flexionadas a partir da conjugação dos verbos em VIII-20: *cum item personarum natura triplex esset, qui loqueretur, (ad quem), de quo, haec ab eodem verbo declinata, quae in copia uerborum explicabuntur* (como igualmente a natureza das pessoas /verbais/ fosse tripla – a que falaria, para quem e sobre quem – estas são flexionadas a partir do mesmo verbo, as quais se explicarão com a aplicação no grande número de verbos). Isso se explica porque os pronomes são flexionados, além de serem declinados em casos, em gênero e número conforme as desinências número-pessoais dos verbos. É exatamente o que Varrão afirma em XXIII-46: os pronomes – incluídos na parte do enunciado que contém os casos, chamada *appellandi* – devem ser flexionados *quod (ad) sexum, multitudinem, casum* (quanto a gênero, número e caso).

Essa regra, segundo Varrão, também não é seguida, como se vê em XXVII-50: *et ut est quem quis, sic quos quês; quare quod nunc dicitur qui homines, dici oportuit ques* (e como há *quem* e *quis*, do mesmo modo deveria haver *quos* e *ques*; portanto, visto que hoje se diz *qui homines* (aqueles

homens), seria conveniente dizer *ques /homines/*). Ou em XXVIII-51: *et ut est in rectis casibus (is) ea, in obliquis esset eius eaius; nunc non modo in uirili sicut in muliebri dicitur eius, sed etiam in neutris articulis, ut eius uiri, eius mulieris, eius pabuli, cum discriminentur in rectis casibus is ea id* (como no nominativo há *is* e *ea*, no caso oblíquo /genitivo/ deveria haver *eius* e *eaius*). Hoje *eius* não apenas é masculino e feminino, mas também é neutro, como *eius uiri* (desse homem), *eius mulieris* (dessa mulher), *eius pabuli* (dessa pastagem) – quando no nominativo há distinção entre *is*, *ea* e *id*).

Para Prisciano (*apud* Uhlig, III, p. 64), pronome é a *pars orationis, quae pro nomine proprio uniuscuiusque accipitur personasque finitas recipit* (parte do enunciado que assume e adota as funções definidas de cada um em lugar do nome próprio). E em II-52-54 (*apud* Keil): *Pronomina conmemerantes finitos ea articulos appellabant, ipsos autem articulos, quibus non caremus, infinitos articulos dicebant uel, ut alii dicunt, articulos conmemerabant pronomibus et articularia eos pronomina uocabant, in quo illos adhuc sequimur Latini, quamuis integros in nostra non inuenimos articulos lingua. Nam cum dicimus “idem”, “o autoj”, non solum articulum praepositium, sed etiam pronomen in eadem dictione significans. Similiter “qui”, “ostij” articulos subiunctiuus intellegitur una cum pronomine, secundum quosdam infinito, siue magis nomine, ut Apollonius ostendit firmissima ratione.* (Àqueles pronomes que parecem definidos chamavam artigos, a estes mesmos – de que não carecemos – também chamavam artigos indefinidos ou, como dizem alguns, artigos que pareciam com pronomes e também aos que articulam os chamavam pronomes. Em relação a isso até hoje seguimos aqueles latinos dado que em nossa língua não encontramos artigos legítimos. De fato quando dizemos *idem* (o mesmo) com a mesma palavra significa não apenas pronome prepositivo, mas também pronome. Igualmente por pronomes “que” se compreende conjuntivo unicamente como pronome, conforme algo indefinido, ou antes, como nome, como mostra Apolônio com finíssima regra).

Nota-se aí a confusão que ocorria em relação à denominação de pronome. (Aliás, ainda hoje isso acontece.) Talvez porque a tradução de artroj do grego para o latim não tenha ocorrido de forma clara, mas também pelo fato de em latim não existir a classe de palavras artigo. Tal confusão deve-se ao fato de artroj significar – antes da acepção artigo – articulação, pois alguns pronomes realmente funcionam como “articuladores”. Eles apontam na direção do nome que representam e do qual assumem também a função sintática no enunciado.

Contudo, no que diz respeito ao pronome relativo em Prisciano ele aparece com todas as características essenciais do pronome porque pode substituir “os nomes anteriormente ditos” e, além disso, ressalta sua função sintática dentro da estrutura do enunciado, conforme pode se observar em: *in omnibus igitur relatiuis pronomibus una eademque est oratio ex supra dicto nomine pendens. Licet autem pro relatiuis pronomibus nomina ponere et orationem mutare (apud Keil, op. cit.)*.

Já em relação a verbo, para Dionísio Trácio é *lecij aptwtoj, epidektikh xronwn te kai proswpwn kai ariqmwn, energeian h paqoj paristasa* (palavra que não se declina, admite tempo, por isso também aspecto, e ainda número; tem uma significação ativa ou passiva). E os classifica em oito tipos: *egkliseij, diaqeseij, eidh, sxhmata, ariqmoi, proswpa, xronoi, suzugiaj* (modo, voz, espécie, figura, número, aspecto, tempo e conjugação).

Para Prisciano (*apud Uhlig, III, p. 46-47*), verbo é *pars orationis cum temporibus et modis, sine casu, agendi uel patiendi significatiuum hac enim definitione omnia tum finita quam infinita uerba comprehenduntur et neutra enim (quae dicuntur absoluta) et deponentia omnimodo naturaliter uel in actu sunt uel in passione* (a parte do enunciado com tempos e modos, sem caso, com significação ativa e passiva. Essa definição, pois, abrange todos os verbos – os transitivos e os intransitivos – e também os depoentes. De todos os modos naturalmente existem ou em relação à ação ou em relação à passividade) que, conforme continua Prisciano, *frequentius utimur in omni oratione* (frequentemente os usamos em todos os enunciados).

Nota-se bastante semelhança em relação a Dionísio Trácio, apenas Prisciano não faz menção a aspecto. Mas traz uma classificação bem parecida: significação, tempo, modo, espécie, figura e conjugação. E ainda Dionísio Trácio inclui dois tipos (eidh) de verbos, primitivo e derivado, indicando a possibilidade de formação de palavras. Dionísio Trácio também dedica à conjugação de verbos um capítulo à parte com especial atenção.

Prisciano não menciona aspecto, mas em relação à voz, segundo ele (livro XVIII) *haec enim contrarias uocibus uidentur habere significationes, quamuis etiam ad sensus pertinentia uerba, si quis altius considuet, in actiuis uocibus passionem et in passiuis actionem fieri inueniat* (estas de fato parecem ter nas vozes atitudes contrárias – pois também são palavras que dizem respeito ao sentido – ao conseguirem obter passividade nas vozes ativas e ação nas vozes passivas). Nota-se aí menção aos verbos depoentes que também aparecem em Varrão.

Varrão se refere a verbo muito esparsamente, mas traz muitos exemplos ao longo do livro VIII. Isso se explica pelo fato de parte desse livro ter sido perdida. Mas há uma indicação em IV-13 de que tenha tratado sobre o assunto: *de eorum declinatione quam de uerborum ante dicam* (tratarei sobre a flexão deles (dos substantivos próprios) antes que sobre a dos verbos).

Varrão considera – igualmente Dionísio Trácio – que os verbos possuem uma forma primitiva e outra derivada, e traz alguns exemplos. Como em II-3: *legi (c)um (de lego) declinatum est, duo simul apparent, quodam modo eadem dici et non eodem tempore factum* (quando se flexiona *legi* (li) a partir de *lego* (leio) duas coisas ficam simultaneamente evidentes: que, de certo modo, são ditas coisas idênticas e que não se agiu no mesmo tempo); em III-9 *duo enim genera uerborum, unum fecundum, quod declinando multas ex se parit disparilis formas, ut est lego legi legam* (há pois dois tipos de palavra: um é fértil porque a partir de si ao flexionar gera muitas formas diferentes, como *lego* (leio), *legi* (li), *legam* (lerei)); em VII-19 *quae (a) facto, ut a praedando praeda, a merendo mercês* (os gerados a partir de uma ação: *praeda* (roubo) de

praedare, merces (salário) de *mereri* (ser merecedor)); em XXXII-57 *Quae uocabula dicuntur a uerbis, fiunt ut a scribendo scriptor, a legendo lector* (Aqueles substantivos comuns formados a partir de verbos são gerados como *scriptor* de *scribere* (escrever) e *lector* de *legere* (ler)).

Varrão fala em verbos depoentes – assim como Prisciano –, mas deles não traz uma definição e sim apenas alguns exemplos para configurar que a analogia não é seguida em alguns casos, como em XXXII-58: *sic ab amor legor et eiusmodi uerbis uocabulum eius generis praeteriti te(m)poris fit, ut amatus, neque praesentis et futuri ab his fit* (ainda assim de *amor* e de *legor* e de verbos desse tipo existe a forma do particípio de pretérito, como *amatus*, mas a partir deles não existe a de presente nem a de futuro).

Por essa citação pode-se perceber que Varrão considera o particípio também como parte do enunciado – fora do âmbito dos verbos – como Dionísio Trácio e Prisciano apesar de apenas se referir à forma de particípio de verbos depoentes. Em XXXII-60 ao citar o particípio presente de um verbo regular Varrão diz: *ne in his quidem, quae saepius quid fieri ostendunt, seruat analogia* (na verdade, não se segue a analogia nem nesses /participios/ que indicam algo ser feito com frequência). Por essa citação pode-se observar que Varrão talvez tivesse considerado a questão do aspecto em relação aos verbos.

Ainda sobre as partes do enunciado no que diz respeito à conjunção Dionísio Trácio a considera como *lecij sundeousa dianoiān meta tacewj kai to thj ermhneiaj kexhnoj dhlousa* (palavra que une com ordenação o pensamento e torna visível os vazios da expressão). Para ele há oito tipos de conjunção: *sumplektikoi, diazeuktikoi, sunaptikoi, parasunaptikoi, aitiologikoi, aporrhmatikoi, sullogistikoi, paraplhrwmatikoi* (copulativas, disjuntivas, continuativas, subcontinuativas, causais, dubitativas, conclusivas e expletivas).

Prisciano considera conjunção (*apud* Uhlig, III, p. 87) como *pars orationis indeclinabilis, coniunctiva aliarum partium orationis, quibus consignificat uim* (parte do enunciado indeclinável que serve para ligar as

outras partes do enunciado, pelas quais dá a conhecer a significação). Nele, como em Varrão, está presente a noção de parte do enunciado indeclinável.

Para Varrão (em III-10) conjunção é uma palavra indeclinável que funciona como ligação no enunciado: *uno enim loro alligare possis uel hominem uel equum uel aliud quod, quicquid est quod cum altero potest colligari. Sic quod dicimus in loquendo “Consul fuit Tullius et Antonius”, eodem illo “et” omnis binos consules colligare possumus, uel dicam amplius, omnia nomina, atque adeo etiam omnia uerba, cum fulmentum ex una syllaba illud “et” maneat unum* (de fato, com uma só correia pode-se amarrar um homem, um cavalo ou qualquer coisa que possa ser ligada a uma outra. Assim quando dizemos na fala “Túlio e Antonio foram cônsules” com esse mesmo “e” podemos unir todas as parêntes de cônsules e, além disso, eu diria todos os nomes e também absolutamente todas as palavras, enquanto aquele suporte “e” de uma única sílaba permanece íntegro).

Além disso, Varrão (em III-9) classifica conjunção como improdutiva a partir da qual não podem ser formadas outras palavras: *Duo enim genera uerborum, unum fecundum, quod declinando multas ex se parit disparilis formas, ut est lego legi legam, sic alia, alterum genus sterile, quod ex se parit nihil, ut est et iam uix cras magis cur* (há, pois, dois tipos de palavra: um é fértil porque a partir de si ao flexionar gera muitas formas diferentes, como *lego* (leio), *legi* (li), *legam* (lerei); outro, improdutivo porque a partir de si não gera nada, como *et* (e, também), *iam* (já), *uix* (apenas, com dificuldade), *cras* (amanhã, no dia seguinte), *magis* (mais), *cur* (por que, de que, do que, por que causa)).

Sobre advérbios e preposição no livro VIII de Varrão não há menção. Apenas ele cita um exemplo em IV-12: *priora ut homo, scribit, posteriora ut doctus et docte* (Primárias: *homo, scribit* (escreve), secundárias: *doctus* (douto) e *docte* (doutamente)). Usando *docte* como exemplo classifica o advérbio como parte secundária do enunciado à medida que se deste for retirado não prejudica tanto o entendimento do enunciado.

Para Dionísio Trácio advérbio é *meroj logou akliton, kata rhmatoj legomenon h epilegomenon rhmati* (parte do enunciado indeclinável colocada em reforço ao verbo e que acrescenta algo em relação ao verbo). Igualmente para Prisciano advérbio é *pars orationis indeclinabilis cuius significatio uerbis adicitur* (parte do enunciado indeclinável, da qual a significação é acrescentada aos verbos).

Em Prisciano e Dionísio Trácio advérbio então aparece como modificador da ação descrita pelo verbo. Contudo, deles não se descarta a noção de palavra secundária presente em Varrão, pois se de um determinado enunciado for retirado o advérbio, ainda que à ação descrita pelo verbo deixe de se acrescentar um aspecto diferente, o significado do enunciado não se prejudica no essencial.

Em geral percebem-se semelhanças entre Dionísio Trácio, Prisciano e Varrão – até mesmo porque os três tratam do mesmo assunto. E como eles são de épocas diferentes se poderia dizer que Varrão para escrever o seu *De Lingua Latina* tivesse se baseado na *Ars Grammatica* de Dionísio Trácio da mesma forma que Prisciano baseou-se na de Apolônio Díscolo – como ele mesmo avisa nas suas *Instituições Gramaticais*. Contudo, apesar das semelhanças apontadas nestes comentários não há como negar a enorme contribuição desses três grandes gramáticos para o desenvolvimento dos estudos filológico-gramaticais desde a antiguidade até a época atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gramática chegou até o que dela se conhece hoje graças a obras como as de Varrão, Prisciano e Dionísio Trácio. Inclusive porque pelo que se vê nas atuais gramáticas há poquíssimas diferenças em relação a elas.

A noção de funções sintáticas exercidas pelas palavras no enunciado – já presente nesses gramáticos como se viu – hoje parece algo um tanto corriqueiro. A depender do que se queira enfatizar ou diminuir basta mudar a ordem de uma, ou duas, palavra no enunciado para que a mensagem se transforme radicalmente. (Isso se consegue atualmente mesmo com um sinal gráfico colocado de maneira estratégica.)

Então estudar gramática hoje implica entender e perceber a ordem das palavras no enunciado? Mas como se cada língua tem uma estrutura diferente da outra? Gramática não é apenas um manual de regras? Isso tudo atualmente está muito confuso.

A meu ver, apesar de cada língua possuir uma estrutura diferente – ou melhor, de ordenar as partes do enunciado (mais conhecidas por classes de palavras atualmente) de maneira diferente – a classificação dessas partes do enunciado é a mesma para todas as línguas. Inclusive os processos de formação de palavras. Por isso a importância de se estudar esses autores considerados por muitos antiquíssimos.

Ou seja, em qualquer língua as classes de palavras são as mesmas: substantivo, adjetivo, advérbio, artigo, preposição, conjunção, numeral, interjeição, pronome e verbo. Independentemente de sua estrutura ser ou não diferente. Em qualquer gramática se encontra essa mesma classificação. Nas gramáticas do português em relação à de Dionísio Trácio, Prisciano e Varrão há apenas a inclusão de duas classes de palavras: numeral e interjeição. Mas não

significa que esses autores não as tenham levado em consideração, mas apenas não as consideravam enquanto partes do enunciado.

Torna-se essencial, portanto, estudar esses autores antigos porque sem o conhecimento da terminologia gramatical deles oriunda é muito difícil entendê-la. O não-conhecimento de tal terminologia talvez explique a grande variedade de interpretação dessa nomenclatura da antiguidade até hoje. As gramáticas atuais do português têm reflexos disso, pois há grande confusão em relação à terminologia adotada. Fica muito difícil perceber a relação significante/significado nos conceitos gramaticais de hoje em dia porque para a sua tradução do grego – e até mesmo do latim – nota-se terem sido mal entendidos ou mal aplicados.

Na gramática latina houve grande influência grega nesse aspecto. Por exemplo, o categoria gramatical *nomen* (onoma) em latim ficou *substantivum* ou *adiectivum* em que encontram-se a noção de “substância”, própria dos substantivos, e a de “qualidade”, própria dos adjetivos. (Varrão para designar de modo geral o conjunto dessa categoria *nomen* usa a palavra *uerbum*.)

E no que se refere aos processos de formação de palavras pode-se dizer também que não há muitas diferenças em relação a, sobretudo, a definição de Varrão que tratou desse assunto mais de perto.

Em qualquer idioma é perfeitamente possível gerar um novo substantivo a partir de verbos e de substantivos, ou gerar um novo verbo a partir de substantivos. Contudo, hoje em dia no geral há dificuldades para se distinguir tecnicamente flexão de derivação – uma vez que não existe declinação em português. Nas gramáticas atuais flexão é fundamentalmente o acréscimo de um morfema aditivo sufixal ao radical das palavras. E derivação o acréscimo de um sufixo lexical ou derivacional ao radical das palavras. Como se vê, torna-se difícil ver em que há diferenças entre um processo e outro.

Já em Varrão essa distinção é muito clara. Derivação é um processo gramatical que dá origem a novas palavras. E flexão, um processo gramatical

que produz variações na forma da palavra, dando origem ao que as gramáticas de português de hoje chamam de vocábulos *morfossintáticos*.

Portanto é inegável a grande importância das gramáticas desses autores da antiguidade. A especificação das partes do enunciado pelas quais são responsáveis primeiro Dionísio Trácio e, depois, Varrão já corresponde a uma formalização desses estudos gramaticais. Mas essa especificação em Dionísio Trácio – sem desconsiderar sua importância – é feita de modo muito técnico. Muito mais importante, a meu ver, é o estudo de Varrão sobre os processos de formação de palavras, em que apresenta a divisão de partes do enunciado segundo a combinação de casos e tempos. Mas também porque nele traz exemplos vivos de sua época que dão mais cor e vida a esses estudos tão áridos.

A contribuição de Prisciano é bastante importante sem nenhuma dúvida, pois em suas *Instituições Gramaticais* além da divisão do enunciado em partes traz a noção fundamental de sintaxe por meio da sua construção do enunciado. E não como um elemento dentre outros, mas como o próprio objeto de sua análise. Ele tratou ainda da divisão em partes do enunciado de maneira bem mais detalhada e com um número incomparável de exemplos. Com isso Prisciano colocou a análise sintática em um lugar a ela mais apropriado: no campo da gramática.

Seja como for, para mim, essa noção de sintaxe já estava presente no livro VIII do *De Lingua Latina* de Varrão (em I-1): *quom oratio natura tripertita esset, ut superioribus libris ostendi, cuius prima pars, quemadmodum uocabula rebus essent imposita, secunda, quo pacto de his declinata in discrimina ierint, tertia, ut ea inter se ratione coniuncta sententiam efferant* (como a linguagem por natureza se divide em três partes, como demonstrei nos livros anteriores – a primeira delas se refere a como os vocábulos foram aplicados às coisas, a segunda a de que maneira seus derivados tenham passado por significados diferentes, a terceira a como, combinados entre si num complexo de regras, eles exponham um pensamento).

APÊNDICE

Esquema do livro VIII do *De Lingua Latina*

I-1 A linguagem se divide em três partes: a) como as coisas adquiriram nome; b) como o significado dos derivados se foi transformando; c) nomes e derivados mediante estrutura lógica expressam um pensamento. O caso nominativo é forma primária e os casos oblíquos formas secundárias.

2 Para se verificar as diferenças é preciso saber por que, para que e de que maneira as palavras se declinam na fala.

II- 3 A formação de palavras foi introduzida na linguagem por um motivo útil e necessário. Pelas formas derivadas, declinadas e flexionadas se percebe o que é semelhante.

4 As palavras possuem relação de parentesco e consangüinidade como as pessoas.

5 São duas as origens de palavras: a aplicação de um nome e a flexão. Há maior número de formas flexionadas para que se possa empregá-las conforme as necessidades do uso.

6 Para explicar a aplicação dos nomes é preciso o auxílio da história e para explicar a flexão somente da gramática, pois os princípios empregues na declinação de uma única palavra servem para um número infinito delas.

7 Os nomes foram aplicados às coisas no singular/masculino para a partir deles se flexionasse no plural e no feminino. No uso essa regra nem sempre é seguida.

8 Como os antigos alcançaram seu objetivo não interessa tanto, mas sim que objetivos estabeleceram.

III-9 Há dois tipos de palavras: férteis (a partir delas podem ser geradas outras palavras) e estéreis (a partir delas não podem ser geradas outras).

10 Porque de uma palavra há múltiplas variações as palavras férteis (que possuem um nome) possuem múltiplas derivações. E as estéreis (que servem para ligação e nexos) possuem uma única forma.

IV-11 Em relação aos tipos de palavras que dão origem às flexões as partes do enunciado são duas, segundo Aristóteles: nomes e verbos. Para Dião, no entanto, são três: a que indica os casos, a que indica os tempos e a que não indica nem casos nem tempos.

12 Formas primárias: *homo* e *scribit*. Secundárias: *doctus* e *docte*. As expressões *homo doctus* e *scribit docte* implicam lugar e tempo.

13 Na primeira parte do enunciado (os nomes) os substantivos próprios vêm em primeiro lugar, antes da segunda parte (os verbos).

14 Os nomes se flexionam ou em conformidade com as diferenças das coisas de que provêm ou externamente em relação às coisas de que não provêm. Em conformidade com as diferenças das coisas de que provêm se flexionam em relação à parte ou ao todo. Em relação ao todo se declinam conforme o plural ou o diminutivo.

15 Os flexionados com relação à parte o fazem no que se refere ao corpo ou à alma e não possuem movimento. Quando há movimento também o fazem no que se refere ao corpo ou à alma.

VI-16 Os casos são declinados de acordo com o uso dos falantes de modo que se possa diferenciar quando se chama, quando se dá e quando se censura assim como outras diferenças de mesmo tipo. O latim tem seis casos e o grego cinco.

VII-17 Há palavras equivalentes a sobrenomes (adjetivos) porque nelas ocorrem diferenças devido ao acréscimo de sufixo. Para elas foi aplicado um novo tipo de flexão.

18 O nome de um lugar pode derivar do nome de uma pessoa. E o nome de uma pessoa pode derivar do nome de um lugar.

19 Há tipos diferentes de palavras derivadas de coisas externas: patronímico, deverbal e outros.

VIII-20 As palavras que indicam tempos se flexionam em três tempos: pretérito, presente e futuro. A natureza das pessoas verbais também é tripla: a que fala, para quem se fala e sobre quem se fala. Essas pessoas se flexionam a partir de um mesmo verbo.

IX-21 Há dois tipos de derivação: voluntária e natural. A voluntária ocorre pelo livre-arbítrio de cada um. Cada pessoa deriva de um modo diferente.

22 A derivação natural ocorre pelo consenso comum. Assim depois de aplicados nomes às coisas todos aprendem a decliná-los nos casos oblíquos e os pronunciam da mesma maneira.

23 Às vezes na derivação voluntária (anômala) interfere a natureza e na derivação natural (análoga) interfere o livre-arbítrio de cada pessoa. Para

alguns, no falar para se derivar deve-se adotar a analogia e para outros a anomalia. Para Varrão as duas devem ser adotadas.

24 Este livro apresenta argumentos contra a analogia nos processos de formação de palavras. O livro IX argumentos contra a anomalia e o X descreve a verdadeira analogia.

X-25 Primeiro fala-se, neste livro, contra a analogia no geral e depois em relação à cada uma das partes do enunciado.

XI- 26 Todo discurso deve ter como objetivo a utilidade à qual chega se é breve e claro. O uso torna o discurso claro e a moderação breve sem necessidade da analogia.

XII-27 Se se compreende que em razão da utilidade os nomes foram aplicados às coisas para revelar o significado delas a analogia não tem serventia.

XIII-28 É próprio das pessoas buscar a utilidade em todas as coisas adotadas em razão do uso.

XIV-29 Por causa da utilidade são adotadas em relação a essas coisas mais as diferenças do que as semelhanças.

XV-30 Como domina o princípio da dessemelhança não se deve desprezar a anomalia na linguagem – que é concebida para a utilidade.

XVI-31 A natureza tem duas metas: elegância e utilidade.

32 Ou as coisas diferentes não devem ser afirmadas como aprazíveis ou deve ser fixado que a dessemelhança das palavras que se dá no uso não deve ser evitada.

XVII-33 Deve-se considerar que analogia seguir: a que está em uso ou a que não está. Para a primeira não há necessidade de regras. Para a segunda, quando se declinam duas palavras nos casos oblíquos igualmente mesmo que não admitadas ainda assim elas devem ser observadas?

XVIII-34 Se todas as palavras derivadas de formas semelhantes se formam analogicamente também as derivadas de formas dessemelhantes se formam anomalmente. Mas isso não ocorre assim.

35 É preciso desprezar muito mais a analogia porque podem ser formadas palavras dessemelhantes de formas semelhantes e vice-versa.

36 Muitas palavras ao se flexionar nas provenientes de classes gramaticais diferentes tornam-se idênticas na forma.

XIX-37 Como existem muitos vocábulos semelhantes na forma não se deve seguir a analogia na linguagem.

XX-38 Mesmo exista analogia nas partes do enunciado ela não existe em todas e é pouco considerada em algumas.

XXI-39 Em que circunstância e de que maneira costumaria ser observado existir ou não semelhança?

40 O que se denomina palavra? O ruído emitido pelas sílabas a que ouvimos? Ou o significado do ruído a que reconhecemos? Ou essas duas características?

41 Se palavra deve ser a semelhança dessas duas características (nome e significado) não é fácil encontrar uma que não vacile em uma das duas.

XXII-42 Os aristarquistas demonstram ignorar – pelas suas próprias regras – de que maneira deve existir semelhança.

43 Como ignoram de que maneira deve existir semelhança são incapazes de definir analogia.

XXIII-44 O enunciado, por natureza, tem quatro partes: a que contém os casos (nominal), a que contém os tempos (verbal), a que não contém nem casos nem tempos (adverbial) e a que contém casos e tempos (copulativa).

45 A nominal tem quatro partes: interrogativa (indefinida), substantiva (quase definida), nominal (quase definida) e pronominal (definida). As do meio são chamadas de denominações e a primeira e a última de conexões.

46 Cada uma dessas quatro classes pode ter três formas: gênero (masculino e feminino), número (substantivo e plural) e casos (nominativo, acusativo, dativo, ablativo, genitivo e vocativo).

XXIV-47 Estabelecidas essas divisões ao se examinar cada uma delas mais facilmente se percebe que em nenhuma delas existe analogia.

XXV-48 Em relação a número e a gênero não existe analogia.

XXVI-49 Umas palavras têm nominativo e casos oblíquos, outras só o nominativo e outras só os oblíquos.

XXVII-50 Nos pronomes indefinidos quanto a gênero e caso não existe analogia.

XXVIII-51 Nos pronomes demonstrativos quanto a gênero e caso não existe analogia.

XXIX-52 Em relação aos substantivos comuns, dos quais a natureza indefinida dos pronomes é muito próxima, há quatro tipos de flexão: demonstrativo, causal, aumentativo e diminutivo.

53 Denominativos são os substantivos comuns derivados de alguma parte do enunciado, que têm três origens: de substantivo comum, de substantivo próprio e de verbo. Em nenhum deles existe analogia.

54 Mas, não se formam alguns desses denominativos a partir de algumas dessas origens. Como *bouile* de *bos*, *ouiarium* de *ouis*, *sediculum* de *sessio*.

XXX-55 Há muitos exemplos desse tipo, mas depois de percebidos é possível examiná-los atentamente.

XXXI-56 Em relação aos substantivos comuns derivados de substantivos próprios também não existe analogia.

XXXII-57 Em relação aos substantivos comuns derivados de verbos é mais seguido o uso do que a analogia.

58 A quarta parte do enunciado é o particípio porque ele contém casos e tempos simultaneamente. Alguns verbos depoentes possuem particípios de presente e de futuro, mas não de pretérito. Outros possuem particípio de pretérito, mas não de presente nem de futuro.

59 Nos verbos que não possuem formas de depoentes há particípios de presente, de futuro e de pretérito, mas não há formas no presente do indicativo. Alguns têm as três formas do particípio, outros apenas as de presente e de futuro.

60 Não existe analogia nos verbos que indicam ação que se realiza com frequência.

XXXIII-61 Existe um tipo de palavra chamada de composto, para alguns, não deve ser colocada em relação com o tipo chamado simples.

62 Em relação às palavras compostas não se segue a analogia nos processos de derivação.

XXXIV-63/ XXXV Em relação aos casos, segundo os anomalistas, se existisse analogia todas as classes de palavras declináveis deveriam ser flexionadas em número igual de casos.

XXXVI-64 Em relação à questão de Crates – por que as palavras que têm um único caso não seguem o paradigma de declinação dos adjetivos de primeira classe – pergunta-se porque não se flexiona mediante nossos casos as palavras de origem persa e de outros povos.

65 Se se ativer à analogia ou se declinam as palavras num único caso ou em todos eles. Se os gregos declinam as letras do alfabeto em um único caso

porque elas provêm dos fenícios então eles deveriam declinar as palavras latinas em seis casos.

XXXVII-66 Se existisse analogia para os anomalistas nenhum caso deveria possuir duas desinências diferentes.

XXXVIII-67 Se existisse analogia, de palavras semelhantes semelhantemente declinadas apenas se deveria formar termos semelhantes.

68 Existindo semelhança no nominativo por que não se flexiona no ablativo de forma semelhante? perguntou Aristarco a Crates. Pela resposta, dizem que não compreendeu que em relação a isso se exigia não explicar.

69 Para saber se duas coisas são ou não semelhantes entre si não se deve apoiar em algo de fora.

70 Em relação à declinação dos casos no singular e no plural não existe analogia.

71 Por que algumas expressões, se existe analogia, são ditas no uso de uma forma se há outra forma dada pela analogia?

72 Segundo os aristarquistas *Hector* e *Nestor* devem se declinar no acusativo singular com a segunda sílaba longa, como ocorre em *quaestor* e *praetor* e também no ablativo e dativo plural.

73 Como existe a forma *patri familias* para o dativo não deveria haver *pater familias*. Deveria seguir, por analogia, a forma *Atinae familiae* de *Atinia familia*.

74 Em relação à declinação das palavras nos casos oblíquos se existisse analogia, não deveria haver dúvidas no nominativo.

XXXIX-75 Em relação aos graus de comparação dos adjetivos não existe analogia.

76 Em alguns adjetivos não falta nenhum grau de comparação, em outras falta o comparativo e em outras faltam o comparativo e o superlativo.

77 Se nos graus de comparação existisse analogia não haveria discrepâncias na flexão do comparativo e nem na do superlativo.

78 Nos graus de comparação também há discrepâncias em relação à flexão de gênero. Por isso neles a analogia não deve ser seguida.

XL-79 Nos graus de comparação na forma do diminutivo há três tipos, mas em alguns adjetivos faltam alguns desses tipos.

XLI-80 Substantivos próprios são definidos e indicam coisas permanentes. Substantivos comuns são indefinidos e designam coisas comuns. Os substantivos próprios podem derivar de outros substantivos próprios e de substantivos comuns.

81 Na flexão de gênero dos substantivos próprios e também na sua declinação não existe analogia.

82 Não existe analogia na derivação dos substantivos próprios porque uns se formam do nome de uma cidade e outros ou não se formam do nome de uma cidade ou se formam de maneira não apropriada.

83 Muitos escravos têm seu nome formado a partir do nome da cidade em que foram libertados sem seguir a analogia.

84 *Lesas, Ufenas, Carrinas e Maecena*, como proviessem do nome de um lugar como *Urbinas* deveriam ser ditos conforme a semelhança com nossos nomes *Lesius, Ufenius, Carrinius e Maecenius*.

BIBLIOGRAFIA

ARISTOTE. *Organon: Catégories, De L'interprétation*. Nouvelle traduction et notes par J. Tricot. Librairie Philosophique J. Vrin. Paris. 1946.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior et alii. Imprensa Nacional/ Casa da Moeda. Lisboa. 1998.

_____. *Poética*. Tradução direta do grego por Jaime Bruna. Cultrix. São Paulo. 1981.

AUERBACH, Erich. *Introduction aux études de philologie romane*. Vittorio Klostermann. Frankfurt. 1965.

AULU-GELLE. *Les Nuits Attiques* (texte établi et traduit par R. Marache). Paris. Les Belles Lettres. Tome I (livres I-IV), 1967. Tome II (livres V-X), 1978. Tome III (livres X-XV), 1989.

BARATIN, Marc. *La Naissance de la Syntaxe à Rome*. Paris: Fondation Émile-Benveniste, 1989.

BAYET, Jean. *Littérature Latine*. Paris: Armand Colin, 1996.

BLAENSDORF, J. “Crates et les débuts de la philologie romaine”. In: *Ktéma*, n. 13, 1988.

BLATT, Franz. *Précis de Syntaxe Latine*. Paris. Edition IAC. 1952.

BOYANCÉ, P. “Étymologie et théologie chez Varron”. In: *Revue des Études grecques*, n. 419-423, Paris, 1975.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *A Literatura Latina*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CARLO, Agustín Millares. *Historia de la Literatura Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

CAVAZZA, F. *Studio su Varrone etimologo e grammatico*. Bologna: La Nuova Italia, 1981.

COLLART, Jean. *Varron – Grammaire Latin*. Paris: Société d’Édition “Les Belles Lettres”, 1954.

_____. “Analogie et Anomalie”. In: *Entretien sur l’Antiquité Classique*, n. 9, Genebra, 1963.

COLLART, Jean et alii. *Varron – Grammaire Antique et Stylistique Latine*. Paris: Société d’Édition “Les Belles Lettres”, 1978.

COPPA, G. “De Cicerone ac de Varrone commentationes”. In: *Latinitas*, n. 4, 1956.

CORADINI, Heitor. *Metalinguagem na obra De Língua Latina de Marcos Terêncio Varrão*. Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo. 1999.

DELLA CORTE, Francesco. *Opuscula*. Vol. VI. Gênova: Istituto di Filologia Classica e Medievale, 1978.

_____. *Filologia latina: dalle origine a Varrone*. Torino: Rosenberg & Sellier, 1978.

DESMOULIEZ, A. “Sur la polémique de Cicéron et des atticistes”. In: *Revue des Études Latines*, 1953.

DÍAZ Y DÍAZ, M. C. “*Latinitas* – sobre la evolucion de su concepto”. In: *Emerita*, n. 19, Madrid, 1950.

DIELS, Hermannus. *Doxographi Graeci*. Collegit recensuit prolegomenis indicibusque instruxit. Apud Walter de Gruyter et socios. Berolini, 1958.

ERNOUT, Alfred & THOMAS, François. *Syntaxe Latine*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.

ERNOUT, Alfred. *Morphologie Historique du Latin*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1935.

FLOBERT, Pierre. *Les Verbes Déponents Latins – des origines à charlemagne*. Paris: Société d’Éditions “Les Belles Lettres”, 1975.

GRAMMONT, Maurice. *Traité de Phonétique*. Librairie Delagrave. Paris. 1971.

GUISARD, Philippe & LAIZÉ, Christelle. *Grammaire nouvelle de la langue latine. Morphologie, syntaxe et stylistique*. Paris: Bréal, 2001.

HOLTZ, Louis. *Donat et la Tradition de L'enseignement grammatical*. Edição Crítica e de Difusão. Anatole, França: Centre National de la Recherche Scientifique, 1981.

ILDEFONSE, Frédérique. *Les Stoïciens. Zénon, Cléanthe, Chrysippe*. Les Belles Lettres. Paris. 2000.

KEIM, Albert. *L'epicurisme, l'ascétisme et la morale utilitaire*. Librairie Félix Alcan. Paris.

LAW, Vivien & SLUITER, Ineke. *Dionysius Thrax and the Techne Grammatike*. Münster: Nodus Publikationen, 1995.

LEHMAN, Yves. "Varron théologien et philosophe romain". In: *Latomus*, n. 237, Bruxelles, 1997.

MARACHE, R. "Les Théories de l'analogie et de l'anomalie". In: *Revue des Études Latines*, n. 29, 1951.

MURACHCO, Henrique. *Língua Grega – visão semântica, lógica, orgânica e funcional*. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

NEIDERMAN, Max. *Phonétique historique do latin*. Librairie C. Klincksieck. Paris. 1959.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A Vertente Grega da Gramática Tradicional*. São Paulo/Brasília: Hucitec/ Ed. da UnB, 1987.

NOGUEIRA, Rodrigo de Sá. *As onomatopéias e o problema da origem da linguagem*. Clássica Editora. Lisboa. 1959.

_____. *Estudos sobre as onomatopéias*. Clássica Editora. Lisboa. 1950.

PAGLIARO, A. “La dottrina dell’analogia e i suoi precedenti”. In: *Ricerche Linguistiche*, n. 4, 1958.

PARATORE, Ettore (trad. MANUEL LOSA, S. J.) *História da Literatura Latina*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1983.

PEREIRA, Marcos Aurélio. *Quintiliano Gramático*. São Paulo. Humanitas. 2000.

_____. “Quintiliano e a gramática antiga”. In: *Clássica*, n. 13/14. Revista da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, São Paulo, 2000/2001.

PLATÓN. *Cratilo*. Introducción, versión y notas de Ute Schmidt Osmanczik. Universidad Nacional Autónoma de México. México. 1988.

PRISCIANUS, Theodorus *Instituti Grammaticae*. In: KEILL, Henrici. *Grammatici Latini* ex recensione. Vol. II e III. Lipsiae in Aedibus B. G. Teubneri, 1855.

RIPOSATI, B. “Varrone e Cicerone maestri di umanità”. In: *Aevum*, n. 23, 1949.

TORZI, Ilaria. *Ratio et usus. Dibattiti antichi sulla dottrina delle figure*. Milan, Pubblicazioni dell’Università Cattolica, 2001.

TRACIUS, Dionisius. *Ars Grammatica*. In: *Grammatici Graeci*. Gustavus Uhlig. Recogniti et apparatus critico instructi. Nova Iorque: G. Olms, 1979.

SOUZA, José Cavalcante de et alii. *Os Pré-Socráticos*. Fragmentos, Doxografia e Comentários. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

VAANANEN, Veikko. *Introducción al Latín Vulgar*. Madrid. Gredos. 1967.

VARRÓN. *De Lingua Latina*. Edição bilíngüe. Introdução, tradução e notas de Manuel-Antonio Marcos Casquero. Espanha: Anthropos, 1990.

VARRON. *La Langue Latine*. Livro VI. Traduzido e comentado por Pierre Flobert. Société d’Édition “Les Belles Lettres”. Paris, 1985.

VARRO. *On the Latin Language*. Livros V-VII. Traduzido por Roland G. Kent. Londres: Editora da Universidade de Harvard, 1999.

VARRO. *On the Latin Language*. Livros VIII-X e Fragmentos.
Traduzido por Roland G. Kent. Londres: Editora da Universidade de Harvard,
1999.